



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 20ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/7/2012

Presidência dos Deputados Inácio Franco e Rômulo Viegas

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.099/2012; discurso do Deputado Rogério Correia; votação do Substitutivo nº 2, salvo emendas; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1; questão de ordem; leitura da Emenda nº 14; votação das Emendas nºs 12 a 14; aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 11; rejeição - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.257/2012; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; questão de ordem; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; votação das Emendas nºs 1 e 2; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.298/2012; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Sargento Rodrigues, Rogério Correia, Gilberto Abramo e João Leite; votação do projeto; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.330/2012; requerimento do Deputado Sargento Rodrigues; votação do requerimento; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 28/2012; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Rogério Correia, João Leite e Rômulo Viegas; inexistência de quórum especial para votação de projeto de lei complementar - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 327/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 349/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 828/2011; discursos dos Deputados Almir Paraca e Rogério Correia; encerramento da discussão; discursos dos Deputados João Leite e Dalmo Ribeiro Silva; votação do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 941/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.169/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.344/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.382/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.401/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.482/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.783/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.996/2012; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.033/2012; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2012; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.057/2012; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.058/2012; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.128/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.211/2012; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.329/2012; requerimento do Deputado Sargento Rodrigues; votação do requerimento; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.799/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 3 a 5; prejudicialidade das Emendas nºs 1 e 2 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.920/2012; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; registro de presença; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:



Dinis Pinheiro - Inácio Franco - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sintrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 4 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.099/2012, do Governador do Estado, que promove incorporação de parcela da Gedima ao vencimento básico dos servidores das carreiras do Instituto Mineiro de Agropecuária, reajusta as tabelas de vencimento básico da carreira de Auditor Interno do Poder Executivo, altera as Leis nº 15.463, de 13/1/2005, e nº 18.974, de 29/6/2010, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição das Emendas nºs 1 a 11, apresentadas em Plenário, e pela aprovação das Emendas nºs 12 a 14, que apresenta. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Presidente, a Bancada do PT votará favoravelmente ao projeto do Governador do Estado, mediante acordo conseguido na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que diz respeito à Emenda nº 14, apresentada por mim, em nome da Bancada. O parecer já está pela aprovação das Emendas nºs 12, 13 e 14, que fizemos questão de que fosse incluída. Já tinha explicado a este Plenário, Deputadas e Deputados, que discordávamos de um ponto desse projeto. Em geral, o projeto incorpora gratificações de setores de servidores públicos. Entretanto, em um artigo que nada tem a ver com o restante do projeto, retirava-se um dinheiro antigo e que os professores têm hoje, constante em uma lei antiga, em que, após o período de aposentadoria, após 25 anos ou 30 anos – professora ou professor -, o profissional adquire o direito de permanecer na escola e, ao invés de estar na sala de aula, pode ficar na secretaria, prestando outro tipo de serviço.

Isso estava sendo cortado. Em geral, esses professores e essas professoras trabalharam durante muito tempo e têm dificuldade de permanecer em sala de aula, principalmente nos dias de hoje, em que há insegurança nas escolas, salas superlotadas, escolas sem condição de funcionamento. Além disso, há o desgaste natural da profissão. A lei permite ao professor fazer a opção de estar na secretaria da escola, o que estava sendo retirado. O Sind-UTE, por meio da sua coordenadora Beatriz Cerqueira, solicitou aos Deputados que assinassem uma emenda, retirando esse artigo do projeto de lei. Depois de muita discussão na Comissão de Fiscalização e Orçamentária, optou-se por acatar a emenda que apresentei.

Com base nesse acordo, vamos votar favoravelmente ao projeto, mas peço aos Deputados que aprovem a Emenda nº 14, que garante a permanência desse direito adquirido há muito tempo para os professores e as professoras.

No caso da educação, desde a greve de 112 dias, a maior do Estado em se tratando de greve dos servidores públicos, a relação entre a categoria, o sindicato e a Secretaria de Educação merece ser discutida e melhorada. É uma relação de muito atrito, que não condiz com o necessário diálogo entre as partes. Após a greve, muitos acontecimentos acirraram isso. Houve punição em relação a férias-prêmio - tivemos de discutir cada uma delas -; e, depois, o episódio da alimentação escolar, com restrição, por parte do governo, ao acesso dos professores à alimentação nas escolas. O sindicato entendeu essa restrição como mais um ato de perseguição aos professores, e não de diálogo com a categoria. Foi uma importante conquista a retirada desse projeto. O governo disse que a retirada não significa que a ideia foi abandonada e ameaça retomar essa restrição no próximo semestre. Vamos estar atentos, e até lá, certamente, haverá mobilizações maiores, e tentaremos compreender melhor as razões apresentadas. Por hora, acho que foi uma



conquista importante. Também gostaria de destacar a ação do Deputado Bonifácio Mourão, Líder do Governo, que nos ajudou na interlocução dessa questão, bem como a da Comissão de Fiscalização e Orçamentária.

Encaminho pela aprovação do projeto, com a aprovação da Emenda nº 14. Sr. Presidente, aproveito para, no caso da educação, solicitar que o governo reveja o termo de ajustamento de gestão – TAG - firmado com o Tribunal de Contas. O Ministério Público vai ajuizar uma ação. Aliás, sempre digo isso, mas o Ministério Público nunca ajuíza ação. Então, fica aqui uma cobrança ao Ministério Público da ação relativa ao TAG, que retira da educação, somente neste ano, R\$700.000.000,00, que deveriam estar integrados, como estabelece a Constituição. Economia dessa natureza, com restrição à alimentação escolar e professor sem poder mais ficar na secretaria, enfim, esses pequenos atos do governo, tudo em nome de contenção de despesa, certamente não seriam necessários se o governo fizesse o investimento mínimo constitucional na educação, o que não está sendo feito. De 2003 a 2010, o governo deixou de investir na educação cerca de R\$7.000.000,00, de acordo com a Constituição. Não houve esse investimento, porque ele considera investimento na educação o professor aposentado, o que não é permitido constitucionalmente. Neste ano, foram cerca de R\$700.000.000,00. Isso faz com que o recurso da educação seja pouco.

Portanto, sou favorável à aprovação do projeto, especialmente da Emenda nº 14. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 2, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Votação das Emendas nºs 12 a 14.

Questão de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo - Solicito, Sr. Presidente, a leitura da Emenda nº 14.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à leitura da Emenda nº 14.

O Sr. Secretário (Deputado Jayro Lessa) - (- Lê a Emenda nº 14, publicada na edição do dia 11/7/2012.)

O Sr. Presidente - Em votação, as Emendas nºs 12 a 14. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em votação, as Emendas nºs 1 a 11. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.099/2012 com as Emendas nºs 12 a 14. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.257/2012, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, do Governador do Estado.

Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, antes de iniciar o tempo de 30 minutos para a discussão, gostaria que V. Exa. suspendesse a reunião por 2 minutos, para entendimento com o Líder de governo.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1 minuto para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Retiro o pedido de discussão do Projeto de Lei nº 3.298/2012; manteremos a discussão dos demais projetos. “O.k.”, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente - Só para esclarecer ao Deputado, estamos votando o Projeto de Lei nº 3.257/2012.

O Deputado Sargento Rodrigues - “O.k.”

O Sr. Presidente - Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas de nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.257/2012 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.298/2012, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, relativa ao ano de 2012. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, servidores do Poder Judiciário que se encontram em nossas galerias, especialmente, os sindicatos Sindojus, Serjusmig e Sinjus, que se encontram aqui fazendo a defesa dos servidores do Poder Judiciário.

Ontem, tivemos a felicidade de suscitar a compreensão dos demais membros da Comissão de Administração Pública para que este projeto pudesse ter a celeridade necessária e o votássemos em 1º turno, na data de hoje. Cumprindo as formalidades legais do Regimento Interno, votaríamos o projeto, amanhã, em 2º turno, já que ele se encontra em caráter de urgência e tem seus prazos reduzidos. Isso nos dá a condição regimental de votá-lo amanhã.

Sr. Presidente, quero manifestar tristeza pelo fato de o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais não ter enviado representante à audiência pública requerida por este Deputado na data de ontem. O Tribunal de Justiça nem sequer mandou um representante para participar do debate. O Tribunal tem agido de forma, diria, incoerente.

Disse ontem, juntamente com o Deputado Rogério Correia, que esperamos que o atual Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, tenha sensibilidade e maior compreensão, a fim de não cometer os mesmos erros de



seus antecessores, que se distanciaram dos servidores e não praticaram o diálogo. Vemos que os servidores não deixaram de lutar por seus direitos, que são deles e precisam ser respeitados.

Como outros Deputados desta Casa que se preocupam com esta causa, fui autor - é bom lembrar isso - de três emendas ao projeto de lei que culminou com a sanção da Lei Complementar nº 105, de 2008. Em três artigos, o Tribunal, por meio do governo do Estado, solicita uma ação direta de inconstitucionalidade, alegando que as emendas foram apresentadas por Deputados. Mas quanto a outra emenda, também apresentada por um Deputado desta Casa, que lhe acrescentava 20 cargos, o Tribunal de Justiça não disse que havia vício de inconstitucionalidade. Portanto, é uma incoerência dele, ou seja, aquilo que é benéfico aos membros do Judiciário pode ser feito através de emenda parlamentar; mas aquilo que é feito para o servidor do Judiciário não pode.

É bom que o Tribunal saiba que nós, Deputados, também estamos vigilantes. Não é apenas o servidor que está vigilante quanto a essa incoerência, na verdade, quanto à ilegalidade do Tribunal de Justiça em não cumprir a lei aprovada. Nesta Casa, derrubamos o veto do Governador, transformado em lei complementar.

Sr. Presidente, ao votarmos o Projeto de Lei nº 3.298/2012, que fixa o percentual de reposição - não se trata de reajuste - das perdas inflacionárias para os servidores do Tribunal de Justiça, estamos cumprindo o nosso dever, constante na revisão geral anual prevista pela Constituição da República. Mas mais que isso, quero cumprimentar e dar parabéns aos servidores, que, mesmo havendo no Tribunal de Justiça algumas pessoas, alguns Desembargadores que se sentem no direito de não fazer negociação, de não dar ouvidos e até mesmo de descumprir leis aprovadas por esta Casa, continuam na luta permanente e não permitem que suas vozes sejam caladas. Portanto, o nosso voto é favorável. Esperamos que o Tribunal adote uma nova postura com o seu novo Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, também quero encaminhar favoravelmente ao projeto que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado. O Deputado Sargento Rodrigues explicitou bem os motivos, e encaminho, em nome da Bancada do PT, a nossa votação favorável.

Ontem, houve uma audiência na Comissão de Administração Pública, que tive a honra de presidir, e entendi melhor o que acontece com os servidores da Justiça em Minas Gerais, que aliás recebem o 21º pior salário do Brasil - mais um título, infelizmente, negativo que Minas Gerais vem ganhando entre tantos outros. Eu disse na reunião que isso também é fruto do chamado choque de gestão, que atrapalha o conjunto dos servidores do Poder Executivo e reflete nos Poderes Judiciário e Legislativo. O choque de gestão virou, na verdade, um arrocho especial para os mais pobres, e assim também acontece na Justiça.

Ocorrem coisas de que os próprios cidadãos não se dão conta. Fica a imagem de que os servidores da Justiça são marajás, ganham muito. Essa ideia foi fixada pelo choque de gestão neoliberal. Antigamente, havia outro nome, mas agora se chama choque de gestão, porém é a mesma onda neoliberal que começou com Collor, depois, Fernando Henrique Cardoso, e, hoje, o governo de Minas é um dos expoentes do neoliberalismo no Brasil, embora seja um sistema em crise na Europa e nos Estados Unidos. Praticamente esse sistema neoliberal afundou, mas aqui ainda existem os partidários do neoliberalismo e do choque de gestão.

O governo de Minas é um deles e foi inaugurado pelo Senador Aécio Neves, que deu início ao que, à época, se anunciava como déficit zero. Hoje sabemos que Minas está quebrada. O próprio governo de Minas confessou que está quebrado, que não tem dinheiro para saldar suas dívidas e se encontra tentando diminuir os juros das suas dívidas, tentando tomar dinheiro emprestado dos bancos. Como se diz, tenta vender o almoço para pagar a janta. Portanto, essa política continua, e o governo vai vendendo as estatais. Mas esse choque de gestão, que levou ao déficit zero, caiu por terra. Hoje sabemos que o déficit zero é uma mentira, que Minas está quebrada.

Aécio quebrou Minas Gerais e agora quer descontar nos servidores, mantendo o choque de gestão e a política de arrocho, porque todos sofrem, os servidores públicos do Executivo, do Judiciário e todos os outros. Sr. Presidente, a revisão anual, segundo a própria Constituição, faz com que a aprovação desse projeto passe a ser um fator fundamental para a preservação do índice de reajuste dos servidores.

Quero encaminhar favoravelmente ao projeto e aproveitar para parabenizar os sindicatos Serjasmig, Sinjus e o Sindjus por essa luta, que é mais do que justa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Gilberto Abramo.

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, o PRB encaminha favoravelmente ao Projeto de Lei nº 3.298/2012.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, o PSDB, apesar dos ataques que acaba de receber - e todos eles indevidos -, votará favoravelmente ao projeto dos servidores da Justiça.

Fizemos contato com o sindicato dos professores da Bahia, que estão em greve há 91 dias. Ele está fazendo um apelo para ajudarmos financeiramente, porque, assim, vamos ajudar os servidores da Bahia, cujo governo é insensível. É esse mesmo governo que está demitindo servidores federais que estão em greve neste momento. Fizemos contato com o sindicato e, hoje à tarde, vamos solicitar ajuda para esses trabalhadores da educação do sertão baiano, que estão na seca, sofrendo, sem receber e sendo perseguidos pelo governo neoliberal do PT.

Encaminhamos favoravelmente aos servidores da Justiça.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.298/2012. A Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.330/2012, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.214, de 23/12/2003, e a Resolução nº 5.347, de 19/12/2011, que dispõem sobre o sistema de carreira dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita o adiamento da discussão do Projeto de Resolução nº 3.330/2012. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 28/2012, do Governador do Estado, que altera o art. 28 da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, que instituiu o regime próprio de previdência e assistência social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, este projeto altera o art. 28 da lei complementar que instituiu o regime próprio de previdência - Ipsemg - aqui em Minas Gerais.

Vamos votar favoravelmente, pois analisamos o projeto, mas é necessário fazer uma abordagem do retrato do Instituto de Previdência de Minas Gerais e de como os servidores públicos têm sido vítimas de um instituto de previdência decadente e sucateado. Essa abordagem se faz necessária porque as reclamações são inúmeras. Há em curso um processo de privatização do Instituto de Previdência, de cobrança de seus valores por intermédio de um sistema praticamente privado. Os servidores públicos sofreram, portanto, uma série de restrições em relação à previdência, em especial no interior do Estado, e não têm acesso a muitas coisas a que tinham no passado.

Lembro-me de que discutimos o Instituto de Previdência na época do saudoso e falecido Governador Itamar Franco, que fez uma recuperação importante dele. Ele criou o Ipsemg Família, em que o sistema de saúde, de maneira geral, ia à casa do servidor público e fazia a sua abordagem na residência. Isso acontecia na Capital e no interior. Era a visão de que era possível fazer com que o Instituto passasse a ter capacidade de cuidar do servidor público, inclusive na sua própria casa, no mesmo sentido do Saúde da Família. Após o início do governo Aécio Neves, isso foi acabando. O Eduardo Azeredo já havia feito muito mal ao Instituto de Previdência, que praticamente faliu. Recuperado no governo Itamar Franco, ele foi rapidamente sucateado depois, no primeiro e no segundo governos Aécio Neves. Hoje, procura-se refazer a discussão do Ipsemg e recolocá-lo a serviço dos servidores públicos, embora a realidade ainda não seja essa. Tomara que retomemos a sua recuperação. Os Deputados e as Deputadas sabem que, especialmente no interior, há muitas reclamações: faltam servidores, não há concurso estabelecido, o número de médicos é insuficiente. Enfim, há um procedimento de sucateamento para se fazer a transição do Instituto para um certo plano de saúde. Por isso ele foi sucateado.

Há uma norma muito comum nos governos neoliberais: faz-se o sucateamento de um serviço público e, a partir daí, o procedimento de privatização. Em Minas Gerais, foi um absurdo o que aconteceu na época de Furnas. Quem é do Sul de Minas lembra que o Lago de Furnas chegou a ser esvaziado no final do governo Fernando Henrique. Ele praticamente secou por uma política deliberada que tratava da vontade neoliberal de privatização do sistema elétrico de Furnas no Brasil. Por ordem do Presidente Fernando Henrique, do governo neoliberal da época, esvaziou-se o Lago de Furnas para demonstrar o processo de sucateamento e de esvaziamento, inclusive o esvaziamento literal do lago, para, a partir daí, ser iniciado um processo de privatização, depois conhecido como privatária.

Esse procedimento, especificamente, só foi evitado graças ao Governador Itamar Franco, que, na época, colocou o pé no toco e disse que não aceitaria a privatização de Furnas, e de fato não aceitou, assim como também não aceitou a venda da Cemig. Mas, depois, houve outra história, e a Cemig acabou praticamente entregue à Andrade Gutierrez, nessa sina Tucana de privatização do Brasil. Dei o exemplo do caso de Furnas porque houve um esvaziamento mesmo. O sentido é sucatear o serviço público e, depois, vendê-lo ou entregá-lo a preço de banana, como se fez com a Vale do Rio Doce. O procedimento era esse.

Infelizmente, o caso do Ipsemg é idêntico. É impressionante como a sua decadência no governo Aécio foi rápida. No governo Azeredo, o Ipsemg estava praticamente falido. O Itamar fez a sua recuperação, mas depois ele voltou a decrescer assustadoramente e, hoje, passa por momentos difíceis.

Há agora uma preocupação e uma tentativa de recuperação que apoio. Esse projeto vem no sentido daquilo que debatemos na Comissão. O Deputado Adelmo Carneiro Leão e os Deputados da área de saúde procuram não permitir que haja esse procedimento privatista em Minas Gerais e que lhe deem continuidade. É preciso, portanto, recuperar o Ipsemg. Esse é o sentido do aceno que fazemos aqui ao aprovar esse projeto. O servidor público precisa ter um instituto de previdência mais qualificado, precisa ser melhor atendido, e essa não é a realidade de Minas Gerais. Não adianta dizerem que os outros Estados estão ou não na mesma situação. Como Deputado Estadual, às vezes fico incomodado com Deputados que insistem em não enfrentar o problema de Minas. Fico abismado. Alegam que está ruim na Albânia e, se é assim, não é preciso corrigir a situação em Minas. Esse raciocínio tosco, curto, de não enfrentamento dos problemas do Estado não deve mover a Assembleia Legislativa: deixem que as coisas fiquem mal, pois há lugares que podem servir de exemplo de que a situação também não vai bem. E daí? Por isso Minas Gerais não precisa enfrentar seus problemas? Pode-se justificar, então, uma guerra com os professores e proibi-los de merendar porque existe greve em outro Estado? Se há uma greve na Bahia, Minas Gerais pode deixar as professoras sem se alimentar? As professoras devem ou não se alimentar aqui em Minas? O Estado deve ou não cumprir o mínimo constitucional de 25%? Aí dizem que há greve na Bahia. Tudo bem, vamos ser solidários aos professores de lá, mas pergunto: e aqui em Minas Gerais, cumprem ou não os 25% constitucionais? Se não estão cumprindo, o que a Assembleia Legislativa fará? Baterá palmas para o governo que retira R\$700.000.000,00 da educação pública? Se há greve da saúde em São Paulo, vamos deixar a greve em Minas? Vamos deixar de aplicar os recursos porque há greve na Albânia, em Cuba? Isso não se justifica.

A Assembleia Legislativa não pode deixar de enfrentar os problemas de Minas. Fomos eleitos Deputados Estaduais para ver o que não está funcionando e verificar como fazer para melhorar, ou não é assim? A Assembleia Legislativa não tem função de também melhorar o Estado? Essa não é sua função precípua? O problema do Ipsemg precisa ser resolvido. As reclamações que recebemos são inúmeras na Capital e no interior: sucateamento, falta de médico e estrutura nos hospitais, etc. É ou não verdade, Deputado Elismar Prado? No Triângulo Mineiro não é assim? Não frequento a região como V. Exa., mas sei que lá o sistema do Ipsemg também é um caos. Que eu saiba, o mesmo acontece no Sul de Minas, na Zona da Mata, no Norte de Minas. Ora, precisamos enfrentar esse problema. Realmente, o Ipsemg anda em uma situação de sucateamento difícil.

Às vezes, fica até enjoativo eu dizer, mas vemos que tudo se relaciona à chamada visão neoliberal: o Estado não deve fazer uma intervenção real em seus problemas e, portanto, sucateia-se o Estado, passa-se a incentivar a iniciativa privada. Esse é um modelo em

crise na Europa e nos Estados Unidos, decadente. Ele não é mais aceito no Brasil e está em crise no mundo. É preciso mover a roda de Minas ao contrário: não no sentido do neoliberalismo, mas no sentido da retomada das bandeiras do movimento popular e do papel do Estado como interventor na economia e, em especial, nas suas questões sociais. Quando o Estado deixa de investir na saúde os 12% do mínimo constitucional e investe cerca de 7% ou 8%, acumulando um rombo de quase R\$8.000.000.000,00 de 2003 até hoje, é preciso discutirmos o assunto. Esse é um problema de Minas: deixar de investir no que é próprio do Estado.

Sei que o Estado está falido. Sei que Aécio faliu Minas, mas isso não pode ser descontado na educação, na saúde e na segurança pública. Portanto, voto favoravelmente ao projeto – esse é o voto do PT - no sentido de recuperarmos Minas Gerais dessa avassaladora política neoliberal imposta desde que o Senador Aécio Neves assumiu o governo de Minas.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Presidente. Que bom que ficamos com mais liberdade para falar. Às vezes, até queremos esquecer o mais querido, o Senador Aécio Neves, mas não nos deixam. Lembram-nos dele o tempo todo.

Obrigado, Deputado Rogério Correia, que estava levando o Ipsemg com ele. No governo Itamar, o Ipsemg foi do Partido dos Trabalhadores. Vejo aqui o Deputado Sebastião Costa. Éramos da Oposição. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais tem memória, e sabemos o que os servidores do Estado enfrentaram no governo Itamar Franco, no governo do PMDB e do PT; sabemos o sofrimento, conhecemos as denúncias gravíssimas que chegaram a respeito da gestão do Ipsemg. Queremos, para o serviço público, uma gestão eficiente para que o público possa ser bem atendido. O mais querido e lembrado aqui, o ex-Governador Aécio Neves, hoje Senador, quando assumiu o governo, pegou o Ipsemg numa situação de calamidade deixada pelo governo do PMDB e do PT. O Deputado Sebastião Costa lembra-se bem da situação. Essa é uma prática da Albânia, de Cuba, da ultrapassada e arcaica chamada Cortina de Ferro, daqueles países chamados comunistas e socialistas.

Tive a oportunidade, Deputado Sebastião Costa, quando atleta, de jogar no Leste Europeu. Puder ver o modelo de governo praticado lá, onde o partido era tudo. O partido assume o Ipsemg, assume a Petrobras, fica dono da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. É essa a gestão que temos, que está minando uma das maiores empresas que o Brasil e o mundo tem, que é a Petrobras. O partido fica dono do Estado. É esse o modelo, aquele modelo ultrapassado, arcaico, com as pessoas em grandes filas.

Lembro-me de uma cidade do interior da Romênia, Craiova, onde os meninos ficavam atrás do gol vendo o jogo. Eu levava chicletes para eles, pois lá não tinha. E eles ficavam ali mastigando chicletes com os olhinhos virando. Eu chegava para treinar, e os meninos gritavam: “Leite, gum!” Nem direito a chicletes as crianças têm onde os partidos dominam, onde os partidos são donos de todas as coisas. Não queremos isso para o nosso país. Aham que vamos ficar discutindo aqui somente Minas Gerais. Estamos ouvindo, no Rio Grande do Sul, o Governador dizer: “Querem que eu coloque dinheiro na saúde; então me mandem o dinheiro”. Companheiro deles, companheiro do PT. É muito fácil ensinar os outros a fazerem. Na Bahia, os professores estão em greve há 91 dias. No sertão baiano, os professores estão passando a maior dificuldade e vendo a lição em Minas Gerais.

Estamos buscando a efetiva gestão do Ipsemg. É isso que o governo do Estado está fazendo, depois do desmonte provocado no Ipsemg pelo governo do PMDB e do PT. Ninguém nos tira isso. O Deputado Sebastião Costa subiu inúmeras vezes a esta tribuna para defender o Ipsemg e os servidores.

E as denúncias chegando à Assembleia Legislativa contra os gestores do Ipsemg dominados por um partido, dominados pelo PT? Essa é a verdade. A memória está aí. Não nos calaremos diante desses ataques. A reforma que tem de ser feita no Ipsemg deve partir de uma gestão cuidadosa dos recursos públicos que pertencem aos servidores do Estado de Minas Gerais. É importante fazer essa comparação, porque o que eles querem propor para Minas Gerais é exatamente o que não conseguem fazer. Não existe milagre, apenas o que o Estado arrecada e o que gasta com servidores e com investimentos. O Governador Tarso Genro e o Governador Jaques Wagner, ambos do PT, já disseram que a conta não fecha. E vimos o grito de investimento na saúde. Por que o governo federal, que aplica 30% do que arrecada com folha de pagamento, não investe o mínimo obrigatório constitucionalmente determinado pela Emenda nº 29, Deputado Carlos Mosconi? E ele ainda quer ensinar aos outros. Hoje temos informação, por isso não dá para enganar as pessoas. Sabemos qual é o modelo de um governo dominado por um partido. Não é mesmo, Deputado Romão? Nós vimos essa experiência fracassada de ditaduras chamadas socialistas, mas que, de socialistas, não tinham nada. Só a classe que estava no partido era que tinha alguma coisa. Quem está de fora não recebe nada.

Recentemente me lembrei de um missionário contando do trabalho dele em países socialistas. Ele falava de Deus para uma pessoa que havia lhe perguntado o que Deus poderia lhe dar. Deputado Marques Abreu, essa foi a pergunta dirigida ao missionário, que respondeu dizendo que Deus poderia abençoar a vida dessa pessoa. Ela também perguntou se Deus poderia lhe dar um emprego, e o missionário respondeu que sim, mas, segundo essa pessoa, o partido já lhe teria dado esse emprego. Além disso, ela disse ao missionário que o partido também a incluía nas cotas das universidades e que não precisava de nada, porque o partido já lhe dava tudo. O partido era o seu Deus.

Esta semana, o Governador de Pernambuco deu uma entrevista para a “Folha de S.Paulo” dizendo como o governo federal, isto é, o PT, pensa em fazer um partido único no Brasil. Qual a chance de termos somente uma ideia no Brasil, Deputado Doutor Wilson Batista? Qual a chance de alguém me obrigar a fazer qualquer coisa? Hoje já escrevi no meu Twitter que fui liberto e não me tornarei escravo de homem nenhum. Eu sou livre. Deus me libertou. Nenhum partido, nenhuma ideia vai me aprisionar. Da mesma forma, não conseguirão trazer para o Brasil aquele modelo fracassado do Leste Europeu, nem o modelo de Cuba, que tira a liberdade das pessoas de pensar, de ser e de agir. Isso é impossível acontecer no Brasil, um país cheio de pessoas libertas e que dominam seus próprios pensamentos. Não adianta. Eles vão dar soco em ponta de faca, porque não dobrarão os brasileiros. Talvez eles consigam alguma coisa atendendo algumas pessoas mais carentes, infelizmente, porque isso existe no Brasil. Eles dominam essas pessoas, mas não dominam o Brasil todo. Não conseguirão nos dominar.

Hoje venho a esta tribuna trazer a história, e a história é implacável. O PT já dirigiu o Ipsemg, e tenho aqui os relatórios do Ipsemg da época em que o PT estava à frente dele. Um desastre que estamos tentando consertar até hoje. Existem denúncias, as mais graves,



na gestão do PT à frente do Ipsemg. Lamentavelmente, gostaríamos que desse certo. Minha mãe e meu pai, quando ainda era vivo, ambos dependiam do Ipsemg. Eu também, como filho de servidor público, já fui atendido pelo Hospital da Previdência - Ipsemg.

Queremos que ele dê certo. É importante sabermos que hoje estamos votando e consertando os erros anteriores. Porventura, podemos ter cometido erros? Sim, mas o PT esteve à frente. Se eles têm a solução para tudo, por que não a deram quando presidiram o Ipsemg? Portanto, encaminho favoravelmente, mas é importante fazer todos esses reparos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Rômulo Viegas* - Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, também venho encaminhar favoravelmente ao Projeto de Lei Complementar nº 28/2012, do Governador do Estado, que altera o art. 28 da Lei Complementar nº 64, de 25/03/2002, que institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Contudo, quero chamar a atenção de vocês que nos assistem para fazermos uma reflexão extremamente importante. Várias vezes desta tribuna tenho chamado a atenção para a necessidade de uma revisão do modelo de distribuição dos recursos arrecadados no Brasil, que serão repassados e devolvidos aos Estados e Municípios. Não podemos separar o Estado de Minas Gerais nem os demais Estados confederados do cenário internacional. Isso é impossível. Hoje, com a globalização, estamos todos interligados. Estamos vendo e devemos sempre registrar que, em razão dos anos de experiência que temos, Deputado Wilson, não conseguimos ver um governo, seja municipal, estadual ou federal, que resolveu todos os problemas da sociedade. Isso nunca acontecerá. Sempre teremos problemas.

Agora compete a todos nós, classe política sedimentada em vários partidos, seja de Situação, seja de Oposição, encontrar soluções. Não consigo ver como o governo da Bahia, o Governador Jaques Wagner, do PT, não possa gostar de professor. Acredito que goste. Não consigo ver que a Presidente Dilma não goste dos professores universitários. Acredito que goste. O problema é que, às vezes, a distribuição orçamentária feita e pactuada fica difícil de ser realizada. Por isso, devemos repensar a situação do modelo de distribuição. Assusta-me e me preocupa o ex-Senador Aloizio Mercadante, hoje Ministro de Educação, falar em cortar ponto dos professores universitários. Isso é uma coisa que preocupa? Em Minas, cortou? Na Bahia, corta? Então, eles são gestores públicos encarregados, no meu entendimento, de encontrar soluções.

Agora quero realmente bater na tecla e repensar com você que nos assiste essa situação que acontece: uma crise internacional que já abalou muito as finanças do governo de Minas, porque o Estado vive de exportação, principalmente do minério. Realmente as finanças foram abaladas, mas, graças à competência do Governador Anastasia e de sua equipe, estamos tendo fôlego e nos recuperando. Torço também para que o governo federal, para que a Presidente Dilma encontre solução para os professores universitários. Torço para que o Governador Jaques Wagner, da Bahia, encontre solução para os professores universitários e estaduais. Não quero fazer aqui uma batalha em relação a isso. Já fui Prefeito e, graças a Deus, na minha cidade, tive uma relação muito boa com as professoras que trabalhavam sob a minha gestão. Um dia falei “minhas professoras” e fui até criticado por isso. As professoras que trabalhavam comigo, quando fui Prefeito, foram muito bem remuneradas. Investimos bastante, e você, como conterrâneo de São João del-Rei, sabe disso. Acho que esse modelo, essa necessidade de repensar a distribuição dos fundos de participação dos Estados e dos Municípios e delegar menos atribuição ao governo federal facilitará esse entendimento. Há a questão do salário do servidor público, que é histórica, nas áreas municipal, estadual e federal. Volta e meia, todos os anos, temos essas discussões, porque o servidor público brasileiro, na sua maioria, realmente é mal remunerado. Sabemos disso.

Precisamos rever essa peça orçamentária e essas atribuições de Estado. Muitas vezes, escutamos a Oposição criticar as nossas privatizações, mas o governo federal está fazendo concessão. Se não tivesse sido feita a privatização das telecomunicações, onde estaríamos hoje? Estaríamos falando ainda em “orelhão” e teríamos parado no tempo.

O que vale a pena é a discussão tanto dos parlamentares que apoiam quanto dos que não apoiam o governo. Você, que é eleitor e cidadão, tem de procurar se informar do todo, ou seja, do conjunto, senão fica parecendo que só Minas Gerais tem problemas, mas há problemas também no Rio Grande do Sul, na Bahia, no Rio de Janeiro e por aí fora. Não dá para separá-los, pois o Brasil é um Estado federado, ou seja, é um conjunto de Estados e de seis mil e tantos Municípios.

Aproveitando que as eleições municipais estão chegando, gostaria que os candidatos e as candidatas à Prefeitura e à Câmara Municipal apresentassem, no bojo das suas plataformas políticas e planos de governo, essa iniciativa, para que possamos repensar o modelo de distribuição. Sempre teremos problemas na segurança? Sim. Teremos problemas na saúde? Sim. A Emenda nº 29 foi aprovada, mas o governo federal não compareceu com a sua parte. Há uma mobilização para isso, mas não direi que a Presidente não gosta da saúde. Acredito que goste, mas a questão é repensar a distribuição desses recursos, que podem ajudar nas demandas da sociedade. Um governo não pode pensar apenas num segmento, pois há várias demandas, como estrutura e política de assistência social, que avançou muito nos últimos anos. Tive a oportunidade de ser Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. Avançamos bastante, pactuamos com o governo federal e criamos o Centro de Referência de Assistência Social.

Mas o que vale a pena é você, que nos acompanha, sempre ter a visão do conjunto, do todo. Teremos problemas e soluções, e você, na hora de decidir que modelo, que partido político e qual gestor quer que governe o País, o Estado e o seu Município, terá plena liberdade de verificar, a partir do que analisou do todo, qual será a sua melhor opção. Você poderá saber quem são os melhores gestores públicos, Prefeitos, Governadores e Presidente, ou Presidenta, da República. Assim, a democracia se fortalece.

Repito que não vejo aqui, mas estou vendo pela imprensa, críticas ferrenhas contra o Governador da Bahia. Não tenho procuração para defendê-lo, mas o estão ofendendo com palavras desrespeitosas. Não consigo ver isso dessa forma. Não tenho procuração para defender a Presidente Dilma, mas ela foi vaiada pelos professores universitários.

Acredito que temos de ter a visão do conjunto. Não vejo governante nenhum dizer: “Assumi o poder e agora prejudicarei os funcionários públicos”. Não consigo ver isso. Acredito que todos são bem-intencionados e querem dar o melhor para que a população receba os frutos dos recursos públicos que arrecadaram.

Tenho a certeza de que a iniciativa do Projeto de Lei Complementar nº 28 é muito bem-vinda. Sr. Presidente, estamos encaminhando esse projeto de forma favorável.



O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 7, não há quórum especial para votação de projeto de lei complementar, mas que o há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 327/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigo à Lei nº 16.299, de 03/08/2006, que estabelece normas para a comercialização de vestuário próprio da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e dos demais órgãos de segurança pública do Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 327/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 349/2011, do Deputado Fred Costa, que garante a destinação de espaço físico em unidades da rede estadual de ensino e de cultura às entidades da sociedade civil organizada, movimentos populares, associações e conselhos, para o desenvolvimento de atividades de ensino, formação, aperfeiçoamento, preparação, lazer e recreação, e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 349/2011 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 828/2011, do Deputado Almir Paraca, que dispõe sobre a Política de Fomento à Tecnologia Social do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Almir Paraca.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, é com alegria que estamos aqui para discutir essa proposição de nossa autoria, porque esse tema com que trabalhamos há muitos anos é muito importante para as políticas públicas de desenvolvimento social e comunitário, de promoção e interiorização de dinâmicas econômicas e de oferta de equipamentos e serviços públicos para as comunidades periféricas e urbanas, principalmente aquelas mais isoladas do interior do Brasil.

Como todos sabem, Minas são muitas. Realmente, o nosso Estado tem grande diversidade socioeconômica e sociocultural. Minas Gerais é a síntese do nosso Brasil, reflete e interage com a forte e dinâmica economia dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Temos uma interpenetração e interação muito saudáveis e verdadeiras com o Nordeste brasileiro, que também existe em Minas Gerais.

A constatação que fazemos é que, infelizmente, ao longo dos últimos tempos, dos últimos anos, o semiárido brasileiro tem entrado mais em Minas Gerais, alcançando a região Noroeste, que o nobre Presidente conhece, onde também milita, trabalha. Existem outras realidades mineiras, como a grande divisa com o Centro-Oeste, com Goiás. Alguns Municípios do nosso Estado fazem divisa com o Distrito Federal. Portanto Minas Gerais tem essa diversidade rica, que justifica a abordagem que estamos propondo na Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, eu disse há pouco que o semiárido brasileiro está crescendo, entrando em Minas Gerais. As tecnologias sociais que estamos propondo, ou seja, a Política de Fomento à Tecnologia Social do Estado de Minas Gerais, particularmente as políticas de convivência com o semiárido, felizmente foram referendadas e acolhidas pelo governo federal em várias ações, programas e projetos conduzidos por diversos Ministérios, em particular pelo Ministério do Desenvolvimento Social nas políticas de combate à fome, nas políticas de apoio ao desenvolvimento comunitário, ao desenvolvimento social e, mais recentemente, nas políticas que estão acolhidas sob a bandeira do programa Água para Todos.

Essas propostas nascem da sociedade civil organizada. Muitas delas nascem das pastorais sociais da Igreja Católica e de outras igrejas cristãs presentes e atuantes no semiárido brasileiro. São propostas que nascem da necessidade de encontrar soluções, podemos dizer, caseiras, mais baratas, passíveis de ser incorporadas, construídas e geridas pelas próprias comunidades para solucionar seus problemas.

Entre as tecnologias sociais abordadas e incluídas em nosso projeto que propõe a Política de Fomento à Tecnologia Social do Estado de Minas Gerais estão, por exemplo, as muito conhecidas cisternas de placas que foram propostas por esse caminho social de organização social, do movimento de cidadania ativa que nasce no seio da comunidade com esse componente tecnológico fundamental. As cisternas de placa são desenvolvidas pela Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA -, que congrega quase mil entidades em todo o semiárido brasileiro. São entidades diversas, mas todas com esse escopo social, com essa inserção comunitária, com essa abordagem de promover soluções efetivas, práticas, verdadeiras para o problema do semiárido.

Quando se fala no semiárido, surge o problema da água, do acesso à água. Primeiramente, água de beber, água para o uso doméstico e, num segundo momento, não menos importante, água para a produção. As cisternas de placas foram as soluções encontradas pelas comunidades, soluções simples, de baixo custo, dominadas pela comunidade, com técnicas acessíveis, passíveis de ser facilmente aprendidas, dominadas e transferidas para aqueles que ingressam no processo de construção, de produção, e permitem, acima de tudo, o domínio e a aplicação rápida, imediata pela própria família beneficiária daquela ação.

Portanto, poderíamos dizer que as cisternas de placas são uma das soluções classificadas como tecnologia social - pelo menos pelo conceito que trabalhamos, de fato explicitam o que é tecnologia social. As cisternas de placas propostas pela ASA estão num programa de 1 milhão de cisternas, meta que, há um ano, parecia sonho, de tão ousada, uma vez que eram contabilizadas, quando muito, em dezenas e, para alegria de quem estava na ponta, em centenas. Um milhão era realmente uma proposta extremamente ousada.

Durante o governo Lula, a cisterna de placa se transformou em política pública oficial do Estado brasileiro e foi fortemente estimulada por investimentos de orçamentos federal e privados. Fazemos menção e registramos como uma louvação a ação da Febraban. Sou bancário, milito no movimento sindical, e há muito tempo criticamos os luxos escorchantes dos bancos, mas temos que



louvar essa iniciativa da Febraban, que acolhe, que elege uma política pública como as cisternas de placas para estimulá-las e disseminá-las no semiárido brasileiro.

As cisternas de placas são tecnologias sociais que se circunscrevem no conceito por nós defendido. Agora, temos a meta da articulação do semiárido, com sua rede de organizações, que já está em curso e também virou política pública. Trata-se de um novo programa associado ao de 1 milhão de cisternas, que propõe o recolhimento e armazenamento de água de chuva para produção. Ou seja, não só mais para o consumo humano, como é a proposta das cisternas de placas, que recolhem água de chuva e armazenam para consumo humano: a meta, o esforço passa a ser também destinado a armazenar água para produção. Temos exemplos maravilhosos em todo o semiárido brasileiro, nos calçadões e em outras tecnologias associadas, a fim de coletar e armazenar água de chuva para produção.

Essa é uma antiga abordagem e é extremamente importante. Podemos dizer que veio do Oriente Médio, pois os chineses são o povo que mais têm essa noção de considerar que a água da chuva que cai sobre uma propriedade é tão importante e valiosa quanto a própria terra, o próprio solo, o próprio terreno que delimita a propriedade. Portanto, colher e armazenar água de chuva é fundamental não só para o semiárido brasileiro. Temos que entender que, em todas as regiões, inclusive nas cidades, é fundamental utilizar, aproveitar esse recurso que nos chega gratuitamente, um bem extremamente valioso e cada vez mais escasso no planeta, a água.

Associado a esse esforço, há outra tecnologia social, a como as cisternas de placas. O governo do Estado, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, está difundindo no semiárido mineiro as cisternas de placas. É outra ação do governo do Estado que precisa ser ampliada. Por isso, há essa nossa proposta de política estadual de fomento à tecnologia social, de incentivo, de estímulo e de investimento. Queremos que essa política possa causar impacto, influenciar diretamente o Orçamento do Estado. Além dos recursos do governo federal que chegam a Minas Gerais por meio de várias políticas, que sejam investidos recursos dos cofres estaduais.

Antes de conceder aparte à nobre Deputada, gostaria de complementar esse raciocínio. A Emater, por exemplo, está disseminando tecnologia social importantíssima, fundamental, que defendo há alguns anos como política que deve ser universalizada para todo o País, especialmente para o nosso Estado, conhecido como a caixa d'água do Brasil. Em nosso Estado nascem muitos rios que abastecem muitas bacias hidrográficas. As pequenas barragens de contenção e de armazenamento de água de chuva têm papel fundamental para impedir o empobrecimento do solo, ou seja, a retirada da matéria orgânica da terra pela enxurrada, bem como para impedir o assoreamento dos cursos d'água, das veredas. Isso é tão comum na minha região, o Noroeste de Minas, na bacia dos rios Paracatu e Uruçuaia! Essas barraginhas também são fundamentais para o abastecimento do lençol freático, fazendo o papel de substituição da mata nativa, ou seja, o papel das florestas, das matas, das savanas, do cerrado. Elas armazenam a água da chuva, facilitam a sua absorção pela terra, abastecem paulatinamente o lençol freático e dão perenidade aos cursos d'água. Uma vez retirada a vegetação, a água passa a escorrer, livre, sobre o solo. A solução fundamental, barata e efetiva são as barraginhas, que precisam ser mais difundidas em Minas.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Quero cumprimentá-lo, Paraca, pelo seu pronunciamento e pela importância das suas considerações, principalmente no que diz respeito à Emater, que, junto às universidades, tem desenvolvido um trabalho fenomenal em Minas. Creio que até setembro estarão traçadas todas as diretrizes para um novo concurso, o que facilitará bastante a vida do pequeno produtor que trabalha com agricultura familiar. Percebemos que hoje os técnicos não dão conta de tanto serviço. Em muitos Municípios falta acompanhamento dos projetos. O trabalho das barraginhas poderia ser ampliado para outros locais. Há preocupação com a contenção das chuvas e o cuidado com o nosso meio ambiente, mas, se não houver política em cada Município, tanto quanto a estadual e a nacional, que parece estar bem esquemática nesse sentido, creio que não avançaremos muito.

Recentemente conversei com técnicos da Emater e discutimos a maior dificuldade para os pequenos produtores melhorarem a sua economia. Por exemplo, eles podem ajudar na produção dos orgânicos. Paraca, o técnico é necessário, para que eles possam melhorar e ampliar a sua produção. Hoje existe uma lei federal em relação à merenda escolar. O Deputado Elismar Prado, como Deputado Federal, foi um dos seus autores, e hoje o Deputado Weliton Prado defende essa bandeira. Há dificuldade em Minas Gerais no que diz respeito à qualidade da alimentação das nossas crianças, e o pequeno produtor pode ajudar muito nisso. A pobreza ainda é enorme e precisa ser combatida na cidade e, principalmente, no campo. A situação poderia avançar bastante ou ser resolvida se houvesse organização em cooperativas e apoio dos técnicos na melhoria da produção de orgânicos.

Hoje as pessoas querem produzir alimentos sem agrotóxicos. Há campo para esse crescimento, mas faltam técnicos. Esperamos que as barraginhas possam abastecer nossos lençóis freáticos. Faltam técnicos para os projetos dos Municípios, e percebemos que essa contenção das águas de chuva deveria acontecer também nas cidades.

Estamos no momento de dizer que o planeta não vai suportar, se não houver sustentabilidade em todos os setores. É preciso que a população exija da iniciativa privada que nenhuma habitação de interesse popular seja construída sem contenção de chuva, captação de água de chuva. Todos querem asfalto, tecnologias e avanços para melhorar a vida, mas temos dificuldade com o asfalto, porque a água não consegue passar por ele. Nem todos os locais fazem contenção como deveriam para receber as águas pluviais e outras. Ocorrem enchentes e falta de planejamento que destroem as nossas cidades. Em Minas Gerais, Guidoal, Além Paraíba e outras cidades estão no maior sofrimento, com destruição total, e os Prefeitos, com pires nas mãos. Temos uma comissão especial na Assembleia para discutir essa questão das enchentes. Mas sabemos que o planeta não aguenta mais uma economia sem sustentabilidade nem programas desse tipo.

Deputado Almir Paraca, quero parabenizá-lo e lhe dizer que apresentei um projeto que em que há a preocupação com essa contenção de água em algumas áreas. Há uma PEC que já está pronta para ser votada e estabelece que, na nossa Constituição Estadual, acesso a água deve ser um direito fundamental. Num encontro no Canadá, representantes da ONU solicitaram que os parlamentares de todo o mundo pudessem incluir, em suas leis orgânicas, água como direito fundamental. Apresentei esse projeto, que está pronto para ser votado, e espero contar com o apoio de todos. Assim, vamos cuidando dos nossos recursos hídricos, do nosso povo, melhorando a sua qualidade de vida.



Hoje fui relatora do projeto do Deputado Antônio Carlos Arantes, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que fala do queijo artesanal e inclui 30 mil produtores em Minas Gerais que estão fora da regularidade. Todos produzem queijo, mas apenas 200 tinham título para produção. Fui favorável às emendas ao projeto do Deputado que vão ajudar o pequeno produtor. É preciso ter apoio político, e isso os nossos produtores têm. Há Deputados comprometidos, como o Almir Paraca e tantos outros. Se tivermos a nossa economia com pensamento sustentável e coletivo, creio que vamos caminhar para um mundo melhor.

O Deputado Almir Paraca* - Agradecemos à Deputada Liza Prado, que - sabemos - é combativa. As questões com que ela trabalha e as minhas são afins. Temos muito afinidade. Queremos parabenizá-la, mais uma vez, pela maneira como encaminha as questões do seu mandato nesta Casa.

Retomando essa questão das tecnologias sociais, gostaríamos de dizer que pensamos em propor a política estadual de fomento à tecnologia social para tentarmos promover um leque grande de soluções que já estão sendo utilizadas no País afora e mesmo fora do Brasil. Esse conceito, Deputado Pompílio Canavez, vem se firmando não só no Brasil, mas também no mundo todo. Fizemos, poucos dias atrás, um debate para discutir a utilização das tecnologias sociais no combate à fome e nas questões ambientais, bem como nas propostas para a Rio+20, conferência internacional que acabou de acontecer no Brasil.

Fui designado para representar a Assembleia nos debates da Rio+20, em especial da Cúpula dos Povos, e levei o fruto do nosso debate a vários auditórios, em várias discussões da Rio+20. Sabemos que uma política de fomento às tecnologias sociais poderá alcançar uma gama imensa de soluções de baixo custo, efetivas, pois já demonstram que resolvem os problemas dos mais diversos temas, nas mais diversas áreas.

Várias pessoas acham que, quando usamos o termo “tecnologia social”, estamos nos referindo a algum aparato técnico, a algum equipamento ou a algum instrumento específico. Isso também é tecnologia e pode ser tecnologia social. Há vários exemplos de soluções técnicas dessa natureza. Mas o conceito de tecnologia social é ampliado, diz respeito a práticas e metodologias, em especial, metodologias comunitárias que estimulam o associativismo, a cooperação e, acima de tudo, estimulam a aplicação de soluções técnicas que promovam o diálogo com o conhecimento tradicional, popular, aquele conhecimento antigo, por assim dizer, de nossos pais, de nossos avós. Podemos falar, em Minas Gerais, sobre a sabedoria do sertanejo, que, durante muitos e muitos anos, teve de sobreviver e se resolver com os recursos que encontrava à mão, devido ao isolamento e à dificuldade de acesso aos núcleos urbanos e até mesmo à carência objetiva de oferta de equipamentos e serviços públicos nos pequenos Municípios do interior do Estado. Realidade que ainda não foi plenamente superada, apesar dos grandes avanços, das grandes melhorias.

A tecnologia social pode e deve atender a soluções, por exemplo, na área de saneamento. Há inúmeras tecnologias sociais para saneamento básico, inclusive para saneamento básico rural, que é um problema pouco trabalhado em todo o País. Esperamos que Minas possa dar exemplo nessa área. A própria Emater dispõe de tecnologia social desenvolvida por alguns de seus técnicos, que baratearam o custo da fossa séptica usando materiais recicláveis, e pode facilitar sua disseminação no Estado de Minas Gerais.

Há também soluções energéticas relativas a uma necessidade que é do conhecimento de todos: é preciso mudar a matriz energética da sociedade contemporânea do Brasil e do mundo inteiro. Sabemos que consumir o volume que se consome de energia em todos os processos produtivos e mesmo para a nossa sobrevivência cotidiana, esse modelo “energívoro”, de alto consumo de energia, é um modelo suicida, que está esgotando a capacidade de sobrevivência, de reciclagem do planeta Terra e precisa ser transformado. Dispomos das mais diversas tecnologias sociais para o campo da energia, em particular aquelas que dialogam com a utilização dos recursos renováveis, como técnicas para captar energia solar de baixo custo, e já existem muitas. Também podemos utilizar a energia eólica e mesmo a energia hidráulica, sem necessidade de promover barramentos, as grandes barragens.

Inúmeras tecnologias sociais barateiam, aceleram a construção das edificações e adotam técnicas que podem ser facilmente aprendidas, desenvolvidas e aplicadas pelas próprias comunidades. Temos feito discussões em alguns fóruns e movimentos referentes às moradias populares, ao programa Minha Casa, Minha Vida. Precisamos introduzir, de maneira sistemática, a discussão sobre a aplicação e a utilização de tecnologias sociais nas políticas habitacionais, no programa Minha Casa, Minha Vida, para baratear seu custo. Que o governo, que está fazendo um grande esforço de disseminação, de universalização do acesso à casa própria, amplie o alcance desses programas com os mesmos recursos, utilizando-se de metodologias sociais que barateiam o custo do metro quadrado, que barateiam a construção.

No campo da produção de alimentos, por exemplo, são inúmeras as tecnologias sociais voltadas para agricultura familiar, a fim de dinamizar e melhorar a qualidade dos alimentos - o que é muito importante -, produzir alimentos orgânicos, saudáveis, utilizar os recursos disponíveis em cada localidade; não demandar ou diminuir ao máximo a necessidade de recursos e insumos externos à propriedade. Isso é fundamental para a agricultura familiar brasileira. Portanto, há inúmeras técnicas e tecnologias sociais que precisam ser incorporadas às políticas públicas, assim como há necessidade do incremento da produtividade da agricultura familiar.

Concedo aparte ao nobre Deputado Pompílio Canavez, grande lutador nesta Casa.

O Deputado Pompílio Canavez (em aparte) - Deputado Almir Paraca, ouvi atentamente a sua verdadeira aula sobre tecnologia social, importante para o público que nos assiste pela TV Assembleia. Constatamos a importância do conhecimento acumulado durante gerações e gerações de brasileiros, especialmente em Minas Gerais, e ele tem de ser aproveitado. O povo, na sua sabedoria, no enfrentamento das dificuldades do dia a dia, cria tecnologias sociais importantíssimas.

O senhor se referiu a diversas tecnologias que, se bem aproveitadas, contribuirão para o desenvolvimento do nosso país, inclusive economizando recursos. O senhor falou sobre os recursos naturais, como, por exemplo, a água ou a produção de energia elétrica na construção civil e na edificação de moradias. A tecnologia social, desenvolvida ao longo de gerações e gerações de brasileiros e de mineiros - é claro -, diminui custos e economiza recursos.

O senhor, que já foi Prefeito da sua querida Paracatu, sempre incentivou a comunidade a estabelecer critérios para aproveitar bem a tecnologia social utilizada na região, sabe muito bem disso. Também fui Prefeito, e tínhamos o desafio de zerar o déficit habitacional,



o que é muito difícil pelos meios tradicionais. Mas, aproveitando a sabedoria, a energia do povo, a tecnologia social, por exemplo, dos mutirões, se bem conduzida e bem gerenciada, muito contribuirá. Como Prefeitos sabemos disso.

Outra área importante é a sabedoria popular no tocante a medicamentos. Quantos remédios podem ser cultivados no quintal de cada casa e que ajudam no combate a doenças mais comuns do nosso povo. Pode-se incentivar a construção de hortas comunitárias ou de hortas nos quintais das residências pelo nosso Estado afora, o que melhorará muito a alimentação, as condições de saúde e de vida do nosso povo.

Deputado Almir, quis fazer esse aparte a seu pronunciamento, porque entendi ser muito apropriado. O Brasil tem o desafio de ser a sexta economia do mundo, avançando para se tornar a quinta. Mas o Brasil não pode subestimar a sabedoria do nosso povo, dos nossos avós, e esse projeto tem esse objetivo. Agradeço o aparte e o parabeno. Muito obrigado.

O Deputado Almir Paraca* - Muito obrigado, Deputado Pompílio Canavez. Quero aproveitar para pedir aos nossos pares que aprovelem a nossa proposta de política estadual de fomento à tecnologia social. Sabemos que isso é apenas um passo. Depois, temos de conseguir fazer com que essa política seja realmente implementada, que se crie um mecanismo para apoiar as entidades que, no interior e mesmo nos núcleos urbanos, estão trabalhando com esse conceito. O projeto que chega ao Plenário já passou por diversas comissões, como é natural na tramitação, e foi objeto de alguns substitutivos, um no 1º turno, e agora a matéria chega ao 2º turno com novo substitutivo. Fizemos algumas mudanças, preservamos o escopo do projeto, preservamos o nosso propósito, mas é interessante observar as discussões dos técnicos. Por exemplo, quando se fala em política de inovação tecnológica do Estado de Minas Gerais, fica muito claro que a nossa proposta pretende influenciar, incorporar esse conceito de tecnologias sociais na política de inovação tecnológica. Esse propósito está preservado, e gostaria de dizer que é uma proposta inovadora.

Gostaríamos de receber solicitações para que o nosso projeto possa ser reapresentado em diversos outros Legislativos estaduais e mesmo no Congresso Nacional. Existe uma grande articulação com vários movimentos, com várias cabeças de redes sociais do Brasil afora. Gostaria de citar, mais uma vez, a Articulação no Semiárido – ASA –, que congrega mais de mil entidades sociais do semiárido brasileiro, o Grupo de Trabalho Amazônico – GTA –, que atua na Amazônia brasileira e que congrega uma centena de entidades que também atuam lá e que estão muito interessadas na adoção de uma política nacional de fomento às tecnologias sociais. Já participei de alguns debates no Congresso Nacional, junto com essas entidades, e também aqui, na Assembleia de Minas, e sabemos que esse é um esforço continuado. Quando a matéria se transforma numa política pública, numa política estadual de fomento às tecnologias sociais, é um passo muito importante. Mas só vamos demonstrar que somos efetivos nas proposições quando uma política como essa se transformar numa política do Estado para além de uma política de governo, enfim, uma política de Estado que encontra acolhida no orçamento estadual.

É um desafio que ainda perseguimos, mas é assim mesmo que acontece na democracia representativa. E, uma vez existindo a lei, fica mais fácil articular, viabilizar recursos, em especial acionando a responsabilidade social das empresas. Hoje é muito comum as empresas possuírem departamentos, políticas específicas, áreas institucionais para cuidar da responsabilidade social ou socioambiental. É preciso que o Estado dialogue com o terceiro setor e que estimule esses fóruns que já existem, inclusive em Minas Gerais, que tem o Fórum Estadual de Articulação Intersetorial, em que o Ministério Público comparece, induz, estimula esses espaços a serem de articulação também orçamentária.

Fala-se muito das parcerias público-privadas - PPPs. Está aí uma área em que as PPPs poderiam acontecer, não com o intuito efetivo de obtenção de lucro por parte das empresas, mas, acima de tudo, parcerias público-privadas que se enquadrariam no escopo de responsabilidade socioambiental, permitindo que as empresas utilizem esse conhecimento organizado e sistematizado das tecnologias sociais para efetivamente apoiar a melhoria da qualidade de vida das nossas comunidades.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Almir Paraca, cumprimento-o por essa iniciativa e por esse projeto extremamente importante que beneficiará toda Minas Gerais, lembrando de sua terra, Paracatu. Lembro também de Betim, onde temos a Prefeita Maria do Carmo. Isso valoriza as lideranças comunitárias e possibilita maior participação popular, inclusive aproveitando os talentos de tantas lideranças em várias áreas. Há a questão da medicina alternativa, a questão da geração de renda. É um projeto muito importante, que fará diferença no nosso Estado a partir de agora.

Ao mesmo tempo, solicito, Deputado Almir Paraca, abrir parênteses para apresentar outro assunto muito importante, aproveitando que estamos encerrando o semestre e talvez não tenhamos outra oportunidade. Hoje já acertamos com a Casa a sessão especial em homenagem ao Centenário do Coronel Almeida, que será comemorado no dia 17 de setembro, quando ele faria 100 anos se não tivesse falecido. Ele é fundador da Fundação Caio Martins. Era um Coronel que tinha uma mentalidade muito avançada para a época. Ele se preocupou com a educação, com os jovens, com os adolescentes e realmente fez um grande bem com a Fundação Caio Martins, que V. Exa. acompanha no Norte de Minas. Essas escolas são de nossa autoria, juntamente com V. Exa. e com o Deputado João Leite. Sei do seu trabalho na Fundação Caio Martins. As escolas têm seu apoio, seu permanente acompanhamento. Fui professora da Escola Caio Martins em Esmeraldas, cidade em que nasci, e conheço o trabalho muito bem. A escola tem que ser valorizada e rediscutida porque, há alguns anos, defendia-se o internato de jovens para estudar fora de sua região e de sua residência, longe da família. Na época, essa era a política educacional. Hoje não se concebe isso mais. Temos escolas públicas em todas as cidades do nosso país. A Fundação Caio Martins tem que continuar cumprindo o seu papel. Não podemos permitir, de forma alguma, que ela perca o seu objetivo.

O sonho do seu fundador, Cel. Almeida, é que a fundação fosse uma escola federal. Podemos discutir se é importante essa escola continuar sendo estadual, com apoio e recursos para se sustentar com qualidade, atendendo à região, ou se é melhor federalizá-la. V. Exa. é coautor do requerimento junto conosco. Cumprimento-o por esse trabalho e desejo que o projeto seja um grande sucesso, como certamente será, pela sua importância. Muito obrigada.

O Deputado Almir Paraca* - Agradeço à Deputada Maria Tereza Lara. Concederei um aparte ao Deputado Gustavo Valadares, mas antes comentarei a fala da Deputada Maria Tereza Lara.



A Fundação Caio Martins é um ambiente em que a aplicação das tecnologias sociais, como está proposto no nosso projeto de lei de fomento às tecnologias sociais no Estado de Minas Gerais, poderia ser feita com muita eficácia, porque é exatamente um ambiente de formação, de capacitação de agentes de desenvolvimento. O grande sonho do Cel. Almeida, quando constituiu a Fundação Caio Martins, era abraçar as tecnologias sociais para aprimorar a qualidade de sua intervenção. Concedo um aparte ao Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Almir Paraca, agradeço-lhe e serei muito breve. Quero apenas desejar boas-vindas a nossos colegas de São João Evangelista, que hoje estão fazendo uma visita à Assembleia Legislativa. São todos alunos de um projeto muito benfeito na cidade e estão visitando os três Poderes.

O Deputado Almir Paraca* - Qual é o projeto, Deputado?

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Cidadania e Desenvolvimento Humano. Quero, então, parabenizá-los e os idealizadores do projeto. Como Deputado majoritário de São João Evangelista, desejo boas-vindas a seus cidadãos e digo-lhes que esta Casa é de vocês. Tenho certeza de que essa é a opinião de V. Exa. e dos demais Deputados da Assembleia Legislativa.

Agradeço a V. Exa. Desculpe-me atrapalhá-lo em seu pronunciamento.

O Deputado Almir Paraca* - Somos nós quem agradecemos, Deputado Gustavo Valadares. O título do projeto que os traz aqui, Cidadania e Desenvolvimento Humano, é extremamente sugestivo; é exatamente o que estamos propondo com o nosso projeto, que estabelece a política estadual de fomento às tecnologias sociais. Cidadania é a capacidade de a própria comunidade se apropriar, tomar para si parte da responsabilidade de promover as mudanças locais, que ela conhece melhor que ninguém. Quem conhece os problemas da comunidade é exatamente as pessoas que os vivem diretamente.

Ao falarmos de tecnologias sociais, constatamos que o conceito carrega uma ideia que tem muito a ver com o projeto de desenvolvimento humano de vocês: conhecimento popular - o que as comunidades herdaram de seus antepassados e criaram a partir das circunstâncias, das contingências, do arranjo existencial sociohistórico - é fundamental, pois a partir dele se encontram os meios para superar as dificuldades e os problemas enfrentados pelas pessoas no dia a dia, onde vivem. Entretanto esse conhecimento precisa também dialogar com o conhecimento dito culto, acadêmico, científico, das universidades e dos centros de pesquisa, que precisam humanizar a tecnologia. Quando falamos em desenvolvimento humano, está implícita a necessidade de se alcançar o componente sociotécnico, ou seja, é preciso humanizar a tecnologia para aproximá-la das soluções que o povo mineiro e o povo brasileiro continuam demandando. Sabemos que só é possível promover verdadeiramente inclusão e desenvolvimento sociais com a dimensão tecnológica bem-trabalhada e resolvida. Sem isso, não é possível haver solução verdadeira. E as tecnologias sociais propõem exatamente isso: humanizar a tecnologia, aproximar as soluções tecnológicas da necessidade da população, viabilizar o acesso.

Deputado Rogério Correia, sempre discutimos aqui - e V. Exa., como nosso Líder, o faz de maneira exemplar - a questão do Orçamento. Estamos sempre correndo atrás das demandas sociais e as acolhendo, seja do funcionalismo público, seja das comunidades menos afortunadas do Estado. Há sempre essa dificuldade de traduzir em resposta real e efetiva o investimento do Estado, com recursos orçamentários.

Portanto, as tecnologias sociais proporcionam a possibilidade de otimizarmos o investimento público, de darmos respostas mais efetivas que resolvam, de fato, os problemas sociais das comunidades excluídas de Minas Gerais, ampliando sua eficácia na utilização do recurso público. É uma abordagem extremamente racional, lógica e objetiva. Muitas pessoas pensam que o Deputado fala e filosofa muito, que fica “viajando”, como se diz popularmente, mas é essencial conhecermos o fundamento dessas propostas e dessas ideias. Hoje não vivemos mais em uma sociedade da informação. Como os teóricos afirmam, hoje vivemos na sociedade do conhecimento; então, é fundamental trabalharmos essa dimensão do conhecimento implícita no conceito de tecnologia social. O conhecimento tem que ser emancipatório, tem que portar e carregar a esperança, projetando as soluções para o futuro. Esse conhecimento tem que ser apropriado pela comunidade e pela população e tem que ser disseminado.

Portanto, quando propomos a política estadual de fomento às tecnologias sociais no Estado de Minas Gerais, estamos propondo a valorização do conhecimento popular, do conhecimento tradicional e a sua disseminação, para que esse conhecimento possa alcançar todo o território de Minas Gerais, todas as Minas Gerais, de maneira especial mais os “gerais” que as “minas”, os quais são as regiões mais empobrecidas do Estado, para que essas soluções que já estão dando resultado em vários localidades do Brasil possam ser universalizadas e ganhar efetivamente o escopo de política pública, possam ter o investimento do Estado de Minas Gerais, possam otimizar e ampliar a eficácia da aplicação dos recursos públicos.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, ao falar de tecnologias sociais, de me remeter a uma das instituições brasileiras que, ao longo dos últimos anos, deu a maior contribuição para a elaboração e para o refinamento do conceito de tecnologias sociais e para vinculá-lo não só às práticas e propostas de desenvolvimento sustentável, mas também, acima de tudo, às propostas de combate à pobreza. Estamos no momento em que a Presidenta Dilma coloca como principal marca, ou principal símbolo, ou ainda principal desafio do seu governo a superação da pobreza extrema no Brasil, a erradicação da pobreza extrema no Brasil. Superar e combater a pobreza tem o componente efetivo de tecnologia. Sem democratizar o acesso à tecnologia, sem popularizá-la, sem humanizar a tecnologia, não vamos conseguir efetivamente combater e superar a pobreza no Brasil. Foi esse, Rogério, o debate público que fizemos aqui há alguns dias, que subsidiou a nossa participação na Cúpula dos Povos e nos debates da Rio+20. Nós o fizemos, sem falsa modéstia, com competência e capacidade, levando a voz do Parlamento mineiro àqueles fóruns dos quais participamos no Rio de Janeiro. E fizemos isso com muita boa-vontade, porque é um tema em que militamos há muitos anos, de que aprendemos a gostar e que é fundamental para a melhoria da qualidade de vida das nossas populações.

Rogério, no passado fizemos uma parceria informal com propostas no Parlamento. V. Exa. era Vereador em Belo Horizonte e eu, Deputado de primeiro mandato nesta Casa, em 1995, antes, portanto, de ser Prefeito da minha querida Paracatu. Apresentamos aqui, no Parlamento, e V. Exa. apresentou na Câmara Municipal, o projeto de lei do Bolsa-Escola. O Suplicy esteve aqui discutindo aquela questão do programa de renda mínima.



Portanto, muito antes de existir o programa nacional Bolsa-Escola e o programa Bolsa Família, que fizeram uma verdadeira revolução no Brasil, em especial nas pequenas comunidades, que movimentaram a economia dos pequenos Municípios e das pequenas localidades brasileiras, ofertando e estimulando a presença da criança na escola e associando distribuição de renda e estímulo com qualificação educacional e profissional, todas essas propostas foram construções lentas, Deputado Rogério Correia.

Não sei se V. Exa., Deputado Rogério Correia, acompanhou os acontecimentos na época em que eu era Prefeito de Paracatu, mas realizamos o primeiro encontro nacional das experiências do Bolsa-Escola existentes no Brasil. Naquele época, somente cinco Municípios adotavam o programa Bolsa-Escola, considerando-se as cidades de Belo Horizonte e Brasília, que não são consideradas Municípios, tendo já esta última uma política implantada pelo Governador Cristovam Buarque. Posteriormente, em Minas Gerais a nossa proposição foi abraçada pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão, e Itamar Franco implantou a política estadual do Bolsa-Escola. É importante deixar claro isso para mostrar quanto é fundamental a construção de políticas públicas, para que elas se afirmem e para que os movimentos sociais possam estimulá-las, provocá-las, exigi-las e cobrá-las. O mesmo vale para os espaços do Executivo, para as Prefeituras em especial, para que também possam implantar, de maneira pioneira, essas proposições, a fim de que elas ganhem visibilidade e sejam aperfeiçoadas na medida em que forem aplicadas.

Aline, nós precisamos que os Prefeitos dos Municípios brasileiros adotem essas propostas para que elas amadureçam e se transformem em políticas públicas estadual e federal. Mas isso só será possível mediante acúmulo de conhecimentos, de técnicas, de práticas, de resultados e de avaliações, para que possam mostrar-se efetivas e objetivas na solução dos problemas que pretendem enfrentar e resolver. Isso é tarefa das Prefeituras. Aliás, essa foi uma tarefa que assumi como Prefeito de Paracatu em relação à política do Bolsa-Escola. Deputado, Rogério Correia, na minha Prefeitura, atendemos a 600 famílias. Terminei o meu mandato de Prefeito atendendo a 600 famílias no programa Bolsa-Escola Cidadã, de Paracatu. Metade das bolsas foi paga pelo poder público, pela Prefeitura, e a outra metade foi paga por colaboradores que faziam doações e por voluntários que elegiam, escolhiam as famílias que seriam beneficiadas com a sua doação. Esses voluntários também visitavam as famílias. Foi uma ação muitíssimo interessante.

A Aline está no Plenário nos ouvindo e participa da Rede de Bioeconomia, em Belo Horizonte, organização não governamental que também trabalha com tecnologias sociais e vem ajudando a difundir essa ideia, inclusive influenciando a política estadual. Aliás, antes de existir a política de fomento às tecnologias sociais, que estamos propondo, já havia organizações diversas, como é o caso dessa em que você milita - Rede de Bioeconomia -, que influenciam as políticas públicas do Estado de Minas Gerais com essa visão, com essa abordagem das tecnologias sociais.

Estamos dizendo tudo isso - falei sobre o Bolsa-Escola - exatamente para demonstrar que o tema de tecnologias sociais, isto é, as propostas de tecnologias sociais podem e devem ser adotadas pelas Prefeituras, porque, se valem para o governo do Estado de Minas Gerais e para o governo brasileiro, também valem para as Prefeituras. Hoje - e a Aline concorda comigo -, na verdade o que perseguimos são mudanças planetárias. Queremos mudar este planeta; queremos mudar o conjunto da sociedade.

Queremos mudar o paradigma, o modelo de organização da sociedade, que não responde às necessidades humanas nem dos muitos ricos nem dos remediados e muito menos dos empobrecidos. Não há uma solução que atenda a todos, que cuide da mãe Terra e da fonte de vida e que garanta a sustentabilidade para essa geração e as futuras. Portanto, há um grande desafio. Também estou investido nesse desafio que é: vamos mudar, sim, o Planeta. Vamos de cidade por cidade, vamos mudar cada localidade, vamos mudar cada Município, vamos mudar cada cidade. Na soma desses esforços, mudaremos o Planeta. Se quisermos ainda descer para o mais imediato, àquilo que está no alcance de cada pessoa, de cada cidadão, onde quer que ele more ou esteja, devemos mudar a nossa atitude. Vamos mudar o nosso comportamento, como indivíduo, como pessoa, como cidadão. Vamos cuidar da nossa casa, vamos reciclar o nosso lixo, vamos economizar água e energia, vamos ser absolutamente fraternos e solidários, dentro de casa e com a família e os familiares. Vamos expandir isso para a nossa rua, o nosso bairro, a nossa comunidade, a nossa cidade, o nosso Estado, o nosso País e o nosso planeta. Estamos muito convencidos de que as tecnologias sociais dialogam diretamente com essa dimensão da mudança de atitude e de comportamento individual, grupal e coletivo, a fim de alcançarmos essa mudança maior de paradigma. Este é um termo muito falado e repetido e virou chavão. Hoje ele já é banal, mas as pessoas não o compreenderam. Portanto, devemos ter essa mudança maior de modelo de sociedade, essa mudança mais ampla de percepção e de organização das necessidades humanas, tentando democratizá-las e transformá-las em efetivo direito de todos. Que os dons, os talentos e as habilidades de todas as pessoas possam ser amparadas, acolhidas e promovidas, a fim de que elas cumpram aquilo para o que viemos a este mundo. Queremos evoluir, crescer e desenvolver todos esses dons, talentos e habilidades. Portanto, Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de solicitar o apoio e a aprovação pelos nossos pares do nosso projeto de política estadual de fomento à tecnologia social. Esse tema é tão apaixonante, Sr. Presidente, que eu poderia ficar aqui por horas, discorrendo livremente sobre vários tópicos e questões fundamentais. Acredito que o projeto é inovador e histórico. Esperamos que Minas Gerais emplaque mais essa vitória das políticas inovadoras propostas por esta Casa e que, a partir da Assembleia de Minas Gerais, influenciemos Parlamentos Municipais e Estaduais e o Congresso Nacional para termos, então, uma grande política nacional de estímulo, de fomento e de apoio às tecnologias sociais, melhorando a condição de vida do nosso povo. Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço já por antecipação, porque sei que o projeto será aprovado por todos os nossos pares. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rômulo Viegas) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputado Rômulo Viegas, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, bancada da imprensa, telespectadores da TV Assembleia, povo de Minas Gerais, pediria, Deputado Almir Paraca, um aparte a V. Exa. Poderia ter sido dessa forma, para justificar o voto favorável ao projeto de V. Exa. Contudo, V. Exa. dava tantas justificativas positivas ao projetos que preferi escutar todas e não roubar de V. Exa. uma parte do tempo para fazer esse aparte.

Preferi discutir o projeto, o que farei também em forma de aparte ao que V. Exa. expôs sobre o projeto de lei.

Como foi dito, esse projeto é fundamental para o fomento à tecnologia social no Estado. Temos tido muitas experiências positivas no fomento às questões sociais no Brasil e em Minas Gerais, mas essa ideia de V. Exa. de transformar isso em fomento tecnológico e social é inovadora e acrescerá os fatores positivos que foram aqui apresentados.

Além de parabenizá-lo, gostaria de chamar a atenção para outros aspectos. O projeto em pauta tenderá a ajudar ainda mais os mais pobres no Estado, o que pode servir de experiência positiva para o Brasil. O Deputado Almir Paraca já expôs algumas experiências aqui, mas acredito que a dimensão seja ainda maior do que podemos imaginar quando aprovarmos a matéria - e mesmo quando V. Exa. elaborou o projeto de lei. Ele extrapolará as nossas expectativas. A ideia realmente é muito boa e positiva.

Deputado Almir Paraca, realizaremos, na Assembleia Legislativa, nos dias 29, 30 e 31 de agosto, um fórum de debates, solicitado por mim, para discutirmos os programas do governo estadual e do governo federal para a agricultura familiar e reforma agrária, com assentamentos e políticas para essa agricultura, que são muitas, oriundas de diversas reivindicações dos movimentos sociais. Isso se tornou realidade no governo Lula e, agora, no governo Dilma. Será discutida e avaliada essa implementação em Minas Gerais.

Esse projeto que aprovaremos merece uma explanação nesse fórum e deve ser inserido como um dos projetos a ser implementado para a agricultura familiar e reforma agrária. Esse debate será fundamental para que V. Exa. possa falar sobre esse projeto e já discuti-lo com o governo do Estado e com o governo federal, que aqui estará, para sabermos como implementar esse programa a partir dos diversos já existentes, a fim de sabermos que órgãos ficarão responsáveis por ele e quais os passos iniciais para a sua implantação.

Em primeiro lugar, gostaria de fazer esse convite a todos. Sei que V. Exa. estará ocupado em agosto com outras tarefas em Paracatu, pois é candidato a Prefeito, mas, poderia vir à Assembleia Legislativa pelo menos para a abertura do fórum, que será realizado na quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira. Certamente, na quarta-feira, V. Exa. estará aqui, pois é assíduo na Assembleia Legislativa. Nesse dia, à tarde, lançaremos o Plano Safra. V. Exa. poderia fazer uma abordagem sobre a implementação desse projeto e inseri-lo na pauta dos grupos. Haverá grupos para discutir os diversos aspectos da agricultura familiar. Um grupo discutirá o Pronaf. O crédito para a agricultura familiar aumentou muito. Fui Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, quando entrei, havia em torno de R\$600.000.000,00 em crédito do Pronaf para Minas Gerais. Felizmente, projetamos chegar, neste ano, a R\$1.500.000.000,00 de crédito para Minas Gerais, por meio do Pronaf. Isso é crédito para o pequeno produtor, para a sua lavoura, custeio e investimento. Esse projeto certamente poderá ajudar, junto com o Pronaf, a fim de termos também fomento à tecnologia social no Estado. Esse é um assunto a ser discutido. Temos de saber qual a influência do Pronaf e como poderemos melhorá-lo do ponto de vista do fomento tecnológico. O agricultor terá acesso ao Pronaf e poderá saber como evoluir em sua lavoura a partir da tecnologia social. Esse será um dos temas a ser abordado.

Discutiremos também a comercialização dos produtos da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Selo da Agricultura Familiar, que também têm relação com o projeto que V. Exa. apresenta. Discutiremos também o Programa de Crédito Fundiário, que viabiliza o acesso à terra para os pequenos produtores por meio da compra financiada pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste. Tendo acesso à terra, discutiremos como trabalharão do ponto de vista da tecnologia social no Estado. Esses elementos já demonstram que esse projeto poderá contribuir muito com a área da agricultura familiar. Trabalharemos também a questão da assistência técnica.

O que falta de assistência técnica em Minas? A Emater está numa encruzilhada, ou ela avança a partir de agora para a agricultura familiar ou não aguentará o rojão e teremos que ver outras experiências de ONGs e entidades. Espero que sejamos vitoriosos para que a Emater dê um salto à frente, um salto de qualidade. É a expectativa que temos. Não é a atual realidade. A pedido do Deputado Doutor Viana - aproveito para cumprimentá-lo pela vitória de ontem - nosso futuro Conselheiro do Tribunal de Contas, foi feita aqui uma importante reunião para discutir a questão da assistência técnica, com a presença maciça de técnicos da Emater. Duas reivindicações eram centrais: o plano de carreira dos servidores da Emater e o concurso público para mais técnicos da Emater. Como já disse, vivemos numa encruzilhada: muitas vezes, um técnico da Emater é responsável por 2 mil técnicos no interior. Na Região Noroeste, que vocês conhecem de cabo a rabo, há uma grande deficiência. Um, dois técnicos das cidades de Paracatu, Arinos, Unai e Natalândia têm tantos agricultores familiares para cuidar que, evidentemente, não fazem o trabalho técnico de assistência na roça, na terra daqueles pequenos produtores. Esse problema da Emater só pode ser resolvido com mais recursos. O choque de gestão neoliberal que há em Minas Gerais atinge em cheio esses setores. Quem sofre com ele são os mais pobres. Por isso, insisto nesse debate. A Emater é um caso típico disso. Segundo os técnicos, a Emater é escrava do Prefeito ou da Prefeitura, porque se o Prefeito não colocar gasolina nos seus carros, o técnico não tem nem como sair da sede da Emater para fazer uma visita na roça. Já são pouquíssimos técnicos e eles não têm a melhor condição de trabalho. Então, o Prefeito tem que arcar com os custos do aluguel da casa e, às vezes, até com o técnico. Recursos que deveriam ser do governo do Estado estão com a Prefeitura e, às vezes, com sindicatos e entidades, que tapam o buraco da irresponsabilidade do governo no que diz respeito à agricultura familiar. O objetivo desse projeto do Deputado Almir Paraca é para que a atenção maior seja dada à agricultura familiar e à reforma agrária.

Deputadas e Deputados, nunca é muito dizer: 70% dos alimentos que vão para a mesa do povo brasileiro, do povo mineiro, vêm da agricultura familiar. É óbvio que o esforço maior deve ser feito para os nossos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Deputado João Leite, defendendo a tese - vamos discuti-la no seminário dos dias 29, 30 e 31 - de que é preciso ser feita uma reorganização do ponto de vista de secretarias na área de agricultura em Minas Gerais ao estilo do que foi feito nacionalmente. Já à época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Tínhamos apenas o Ministério da Agricultura e Pecuária - Mapa -, é o que chamamos ministério dos ricos no campo. Por força de uma pressão dos movimentos sociais e reivindicação dos sindicatos, foi criado o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA. O MDA cuida dos mais pobres, que têm pouca terra, dos assentados da reforma agrária, que trabalham junto com o Inbra. É um Ministério que passou a ter importância no Brasil. Em Minas Gerais ainda funcionamos como modelo apenas da Secretaria de Agricultura, Seapa. Temos uma Secretaria Extraordinária de Reordenamento Agrário que trabalha junto com o Iter, mas que veio apenas para o reordenamento agrário. Já expus essa minha ideia e espero convencer o próprio governo disso no encontro que faremos. Agora, foi criada por meio de lei delegada uma Subsecretaria de Agricultura Familiar, que é vinculada à Seapa. A minha ideia é que essa Secretaria Extraordinária de Reordenamento Agrário passe a ser uma secretaria permanente de agricultura familiar e reforma agrária. Aí, em vez de uma subsecretaria, teríamos uma secretaria permanente no estilo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que cuidasse especificamente da agricultura familiar. É claro que a Emater teria de estar vinculada, em especial, a essa secretaria, porque os agricultores familiares é



que precisam de mais assistência técnica. Aí, o governo voltaria o seu olhar para eles, porque, até hoje, ele é apenas por meio da Subsecretaria de Agricultura Familiar, com poucos recursos.

O Subsecretário Gadelha, excelente, que conhecemos há muito tempo, tem enormes dificuldades de trabalho. Os recursos são pouquíssimos. A Emater ficou vinculada à Secretaria de Agricultura, que não tem a dimensão de uma secretaria de agricultura familiar no Estado de Minas Gerais. Isso seria um reconhecimento para a agricultura familiar e de reforma agrária que o nosso Estado ainda não tem, mas precisamos ter e sanar essa debilidade do governo de Minas. O Governador Anastasia será sensível a isso. Creio que o outro Governador, o Senador Aécio Neves, não tinha essa sensibilidade, Deputado João Leite, mas o Governador Anastasia poderá tê-la. Fica, então, como sugestão, a criação de uma secretaria permanente da agricultura familiar e reforma agrária em nosso Estado.

O projeto do Deputado Almir Paraca terá uma guarida maior, Deputado Ulysses Gomes, dentro dessa secretaria de agricultura familiar e reforma agrária. Sugiro ao Deputado Almir Paraca que essa secretaria fique responsável pela Política de Fomento à Tecnologia Social na área rural. Haveria, então, um grande avanço em relação ao projeto do Deputado Almir Paraca. Outro ponto do projeto do Deputado Almir Paraca com o qual concordo diz respeito à questão das águas. Dois projetos, entre outros, estão sendo apreciados nesta Casa. Agora mesmo teremos o projeto do Deputado Paulo Lamac, que cria uma área de preservação ambiental. Ontem, consegui que fosse aprovado na Comissão de Constituição e Justiça - agradeço ao Deputado Sebastião Costa, Presidente da Comissão, e aos seus membros - um projeto que cria o Monumento Natural da Serra da Moeda. Talvez nem todos os Deputados conheçam a Serra da Moeda, que fica próxima de Belo Horizonte. É uma serra, Deputado Ulysses Gomes, belíssima. V. Exa., que é do Sul de Minas, conhece serras maravilhosas daquela região, especialmente na região da Mantiqueira. Aqui, nos arredores de Belo Horizonte, apesar de toda a poluição, existem serras maravilhosas. A Serra da Moeda é uma beleza. O jornal "O Tempo" de hoje publicou fotos de uma das nascentes do local, com quedas d'água. É uma serra maravilhosa, com muitas nascentes, com uma fauna e uma flora dignas de serem ressaltadas, com espécimes raras. Enfim, é um paraíso que temos no meio das serras que cercam a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Essa serra, Deputadas, Deputados, povo de Minas, corre um sério risco. A Ferros, que é uma mineradora, pretende instalar ali uma mineração pesada. Provavelmente vai extrair minério para exportação. A Ferros, por enquanto, tem aval do governo para fazer isso. Estou com um projeto de lei transformando a Serra da Moeda em monumento natural. Isso preservaria completamente a Serra da Moeda. É um projeto fundamental dos pontos de vista ecológico e social, porque preserva a água, as nascentes, ou seja, isso que o Deputado Almir Paraca disse. Às vezes somos chamados de loucos e sonhadores, mas não podemos nos deixar levar pelo discurso de que o desenvolvimento é tudo o que precisamos do ponto de vista econômico. Não adianta desenvolvimento econômico se não houver desenvolvimento social e desenvolvimento ambiental. Aproveito para engatar esse projeto de lei aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça com o projeto do Deputado Almir Paraca e pedir o apoio dos Deputados, para que a Serra da Moeda seja transformada em um monumento natural. Esse projeto recebeu um destaque importante no jornal "Hoje em Dia". Espero que seja aprovado.

Com ele tramita um projeto que me preocupou muito. Esse projeto diz respeito ao cerrado.

Fui autor da lei que instituiu o Pró-Pequi, programa que protege o cerrado do ponto de vista ambiental e, socialmente, agrega o sertanejo, em especial do Norte de Minas, para que, convivendo com a terra, possa viver dos seus frutos. O Pró-Pequi também está abandonado pelo governo do Estado, embora aprovado na legislatura retrasada, quando eu era Deputado Estadual. O governo do Estado não fez o encaminhamento do conselho do Pró-Pequi nem das políticas propostas na lei. Portanto, não aconteceram os necessários avanços já aprovados. Agora, estamos tentando retomá-lo junto à Subsecretaria de Agricultura Familiar, a fim de colocá-lo em prática.

Esse é o pedido que fazemos ao governo. De novo, essa é a visão neoliberal em que as questões sociais são deixadas de lado; o choque de gestão substitui as intervenções sociais. O projeto do Paraca teria uma interlocução fundamental com o Pró-Pequi. Há uma proibição expressa em nossa legislação de corte de pequi. Entretanto, há sempre uma grande pressão de ruralistas que colocam a necessidade de cortar a árvore, porque atrapalha o pasto, a plantação de soja, e assim por diante. É uma enorme pressão. O Deputado Zé Maia apresentou um projeto para que se ampliasse para novas áreas de empreendimento rural o corte de pequizeiro. Fiquei apavorado com a ideia; fizemos várias reuniões; e agora chegamos a um termo, não diria ideal, mas que, considerando a pressão exercida e a minoria na Assembleia Legislativa, é pelo menos razoável. Acordamos que o pequizeiro continuaria sem poder ser cortado, a não ser em áreas em que o cerrado já tivesse sido devastado e, mesmo assim, se a devastação foi feita até 2008. Posteriormente a 2008, nem nessas terras, ainda que o cerrado já tenha sido derrubado, pois cresce de novo, poderá haver corte de pequizeiro. Esse foi o acordo para que novas áreas de cerrado não sejam cortadas. Fizemos uma emenda defensiva para evitar um mal maior em nosso cerrado. Esse projeto também estará em pauta.

O ipê amarelo também entrou nesse projeto. Ganhamos mais um título negativo em Minas pelo modelo neoliberal, pelo chamado choque de gestão. Mais da metade da devastação da mata atlântica no Brasil, ano passado e retrasado, ocorreu em Minas Gerais, Deputado Ulysses Gomes; somos o Estado mais devastado. Esse é um título ruim para Minas Gerais e, em parte, deve-se à ausência de uma política real de preservação ambiental. Quando há projetos que ampliam a possibilidade de corte de árvores como o ipê e o pequizeiro, ficamos apavorados e não podemos permitir que isso ocorra. Por isso, cuidei tanto desse projeto, sendo também autor do Pró-Pequi.

Aproveito para comentar a área social, que é importante. O Deputado Almir Paraca citou o Bolsa-Escola, hoje Bolsa Família. Fui autor da lei que criou o Bolsa-Escola em Belo Horizonte, como bem lembrou o Deputado Almir Paraca, e, depois, ele a criou como Prefeito de Paracatu. E em Minas, também fui autor da lei. Eu era Vereador quando a experiência do Bolsa-Escola existia em Brasília, no governo do Cristovam Buarque, na época do PT, hoje Senador da educação pelo PDT. É um excelente Senador e foi um excelente Governador. Ele criou o Bolsa-Escola. Justiça seja feita, a autoria da lei é do Senador Cristovam Buarque. Em Brasília, ele a implementou com muito sucesso. Como Vereador, apresentei o projeto de lei e aprovamos o Bolsa-Escola aqui; o então Prefeito Patrus a sancionou. Eu fui o autor da lei, e o Patrus a sancionou já no final do governo, deve ter sido em 1996.



Ele foi substituído pelo Prefeito Célio de Castro, e eu fui reeleito Vereador. Fiz acordo com a equipe de transição do Célio e do Patrus para que o Bolsa-Escola, do ponto de vista orçamentário, começasse no ano seguinte ao que o Célio de Castro tomou posse, que foi em 1997. Posso afirmar que essa lei foi feita a três mãos. Fui autor da lei, o Patrus a sancionou, e o Célio de Castro lhe deu início, com 200 famílias por regional. Havia cerca de 1.800 a 2 mil bolsas em Belo Horizonte. O sucesso foi tanto que, logo após a implementação do programa pelo Célio de Castro, o Bolsa-Escola virou fenômeno em Belo Horizonte. Na época, o valor da bolsa era um salário mínimo. O Prefeito Célio de Castro a aplicou, depois de ser sancionada pelo Patrus Ananias. Foi uma revolução social em Belo Horizonte, com as famílias pobres da cidade recebendo salário mínimo na época do FHC, do neoliberalismo, em que não havia política social, era proibido. Com muito sacrifício da Prefeitura, fizemos política social local, e foi um fenômeno. Depois veio o Lula, que aproveitou a ideia do Senador Suplicy sobre renda mínima e criou o Bolsa Família. Então, a partir do governo federal, todos os Estados passaram a ter essa política.

Esse também é o rosto do projeto apresentado hoje pelo Paraca. Tive a honra de ter sido autor da lei do Bolsa-Escola em Belo Horizonte. Poucas pessoas sabem disso. O Patrus teve a honra de sancioná-la, e o Célio de Castro de dar início à sua implementação. O Bolsa-Escola existe em Belo Horizonte até hoje, em conjunto com o Bolsa Família. Agora, em Belo Horizonte, esse programa precisa ser ampliado, bem como no Brasil, com a perspectiva de que as famílias que recebem a bolsa tenham formação, profissão. Há vários projetos nesse sentido em Brasília. O projeto do Paraca apresenta essa questão e poderá ser aproveitado em Minas Gerais.

Sr. Presidente, por fim quero dizer que é óbvio que projetos desse porte só poderão ser implementados se houver vontade política do Executivo. Quero problematizar essa questão com o Deputado Paraca. Se apresentar o projeto e ele for aprovado, mas não houver por parte do governo do Estado vontade real de implementá-lo, uma compreensão do seu valor social, o projeto ficará parado. Por isso, a Emater continua sucateada, assim como os programas relativos à reforma agrária e à agricultura familiar em Minas, que andam menos que no restante do Brasil, porque não há um governo centrado na questão social rural, com o devido peso; ainda não há em Minas Gerais nenhuma Secretaria de Agricultura Familiar para tratar desses programas tão importantes. O governo, nesse caso, não possui sensibilidade social suficiente para implementar programas da agricultura familiar no Estado. Esses programas ficam parados, dependendo apenas do governo federal, e não há a repercussão necessária no Estado, prevalecendo a ideia do choque de gestão, e não do investimento social.

Citei também o Pró-Pequi, que não está em andamento. O projeto existe, mas o governo não o implementa. O Deputado Paraca citou o Bolsa-Escola, que foi feito na época do Itamar Franco. Depois, terminou-se o procedimento do Bolsa-Escola, ficando apenas o Bolsa Família, do governo federal. O governo do Estado não implementa essas políticas sociais com a força devida, como fizeram os governos Lula e Dilma. Esses são problemas reais que vivemos em Minas Gerais. É preciso solucioná-los; é preciso que o governo Anastasia tenha um olhar mais humanitário para a questão social; é preciso dar prioridade às questões sociais levantadas.

O projeto do Almir Paraca terá andamento se assim entender o governo. Caso contrário, ficará engavetado, como a Emater, o Pró-Pequi, o Bolsa-Escola, os projetos da agricultura familiar, que não recebem incentivo real do governo do Estado. Aproveito para, ao pedir a aprovação do projeto do Deputado Paraca, pedir ao governo do Estado que reverta um pouco essa visão tecnicista, esse passado neoliberal em queda, ultrapassado, e seja um Estado implementador e indutor da evolução econômica e social.

Se o Estado não tomar para si essa função, não vingaremos. O modelo neoliberal é arcaico. O Estado, enquanto indutor do desenvolvimento econômico e social, não é arcaico; pelo contrário, está se provando necessário. Temos essa diferença com o governo de Minas, que ainda vive desse passado neoliberal. Porém, não podemos deixar de fazer nossa parte. Peço aos Deputados a aprovação desse projeto do Deputado Almir Paraca para que possamos avançar em propostas de caráter social. Sobre isso, fiz questão de deixar algumas ideias. Agradeço ao Presidente e encaminho favoravelmente à aprovação do projeto de lei.

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite* - Encaminho favoravelmente à aprovação do projeto do Deputado Almir Paraca, grande iniciativa. Quero apenas lembrar, Sr. Presidente, que o governo de Minas e esta Casa estão atentos à população de Minas, ao social. Foi nesta Casa que nasceu, entre os vários projetos estruturadores do governo de Minas, o Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, que reúne várias ações. Foi aqui também que nasceu o programa de redução da pobreza rural. Houve muito investimento da nossa Secretaria na região Norte e no Jequitinhonha, por meio da nossa querida Elbe Brandão. Na pessoa de seu marido, Deputado Luiz Henrique, rendo-lhe minhas homenagens. Há um grande investimento na luta contra a pobreza rural.

Quando eu era Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, cedemos ao governo federal o cadastro das famílias do Bolsa-Escola do Jequitinhonha e do Norte de Minas. É importante dizer que o governo de Minas Gerais investe muito no social. Foi o primeiro governo a colocar as crianças a partir de 6 anos no ensino fundamental, dando-lhes alimento. Quando alguns Deputados estiverem usando a tribuna, sairei, e convido alguns companheiros da base do governo a saírem também do Plenário, porque parece que incentivamos a lembrança do mais querido, do Senador Aécio Neves. Ele, sim, realizou uma grande revolução em Minas, ao ligar 230 Municípios esquecidos, abandonados pelos governos passados. Ele fez a ligação asfáltica desses Municípios à BR-111.

Agora mesmo recebi o candidato a Prefeito de São José do Mantimento, que está comemorando o asfaltamento do trecho que liga seu Município à BR-111. Aguardávamos, historicamente, essa atenção com a população de São José do Mantimento. Essa é a verdade não apenas sobre o PSDB, mas também sobre o PV, Democratas, PT, PSB, PRTB, PHS, PSD, PPS, PDT, PTdoB. É sobre essa grande base de sustentação do governo Aécio Neves, do governo Anastasia. Realizamos isso em Minas Gerais, por isso a pesquisa de hoje traz o Governador Anastasia com praticamente 70% de aprovação.

Neste momento, não posso, meu querido Deputado Délio Malheiros, conceder aparte, pois estou em encaminhamento de votação. Gostaria muito de conceder-lhe aparte, porque V. Exa. faz parte desta história do atendimento ao social, como o Deputado Dalmo Ribeiro Silva também. Lembrei do PTB por causa do Deputado Bosco. Este governo tem 70% de aprovação, e o nosso mais querido Senador, Aécio Neves, saiu com mais de 90% de aprovação do governo de Minas, por causa dessa base e por causa desse trabalho



social que alcançou toda Minas Gerais. Alcançou nossas crianças, nossos idosos, as mulheres. Por isso, temos de trazer a verdade, Deputado Délio Malheiros, um Deputado atuante na Assembleia Legislativa, com uma história em defesa do contribuinte.

A história verdadeira é que Minas Gerais é que deu o primeiro passo. Na época, Ricardo Henriques era o Secretário Nacional de Assistência e, por determinação do Governador Aécio Neves, hoje o mais querido, o mais lembrado Senador, o governo de Minas Gerais informou ao governo federal todo o cadastro das famílias mais carentes de Minas Gerais, das crianças. Minas foi o primeiro Estado a apoiar a unificação dos programas sociais. Foram programas que o Governador Aécio Neves também implantou em Minas Gerais, como a redução da pobreza rural, a ligação de 230 cidades esquecidas em Minas Gerais.

Encaminhamos favoravelmente, porque o PSDB, a Base do Governo Anastasia, todos nós, somos a favor da população de Minas Gerais, da população mais carente, das crianças, as mais vulneráveis, porque criamos o programa Inclusão Social das Famílias Vulnerabilizadas.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado. Sr. Presidente, colegas, pessoas que nos assistem pela TV Assembleia. Acompanhei desde o primeiro momento, pela TV, pois estava em Comissão, o encaminhamento deste importante projeto que hoje, com certeza, merecerá por parte dos parlamentares, a sua aprovação. Inicialmente, parabênizo o Deputado Almir Paraca por trazer esta importante matéria que visa a política de fomento à tecnologia social do Estado de Minas Gerais. Sem dúvida alguma, este projeto vem ao encontro dos anseios de todo o nosso Estado e, particularmente, do nosso Sul de Minas. Refiro-me ao Vale da Eletrônica, a Santa Rita do Sapucaí, Itajubá e a todo aquele eixo, que hoje é respeitado internacionalmente, como Sinhá Moreira, Inatel, um exemplo para o Brasil, a ETE e tantas outras instituições que têm sido o berço da tecnologia de fomento de incubadoras de empresa para Minas, para o Brasil e para o mundo.

Esse projeto, desde a Comissão de Constituição e Justiça, vem recebendo aprovação por sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, principalmente pelo interesse do próprio autor em buscar junto a essa Comissão a constitucionalidade do projeto. Aqui vejo o nosso querido Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Sebastião Costa, sempre atuante e atento. E, sob o seu comando, será aprovado esse projeto, que, sem dúvida nenhuma, vai traduzir a Minas e ao Brasil a grande tecnologia de fomento de políticas públicas.

Posso dizer a todos os parlamentares que, a exemplo de Almir Paraca, a quem saúdo, houve na Assembleia um projeto de nossa autoria, aprovado por unanimidade, que veio ao encontro dos interesses de toda a região e de todo o Estado. Trata-se do projeto Arranjo Produtivo Local - APL - que longamente debatemos, e que hoje é exemplo para o fomento de indústrias e de arranjos produtivos, iniciando-se pelo Vale da Eletrônica. Temos, muito perto também, o Circuito das Malhas do Sul de Minas, integrado por minha querida Ouro Fino, Jacutinga, Monte Sião, Borda da Mata, etc. Seguindo esse exemplo, houve o arranjo produtivo de quartzitos em São Tomé das Letras. Aconteceu também o arranjo produtivo dos fogos, o dos calçados, o da madeira e o dos móveis. Isso se traduz em políticas públicas. É o fomento, é a garantia do emprego e da renda. Por isso o próprio Governador diz que Minas é o melhor lugar onde se investir. O empresário vem para o nosso Estado com segurança jurídica para investir. Aliás, Sr. Presidente, esse assunto foi matéria de jornal desta semana, quando se confirma que Minas tem sido o Estado mais competitivo no tocante a investimentos, garantindo o desenvolvimento de muitas indústrias. O que isso quer dizer? Isso demonstra a responsabilidade do Estado, o compromisso das Secretarias, do Indi, do BDMG, que completa 50 anos. Queremos fazer, neste Plenário, uma grande festa comemorativa desse cinquentenário tão extraordinariamente decidido e dedicado, que garante o desenvolvimento do nosso Estado de Minas Gerais.

O APL se traduz nas políticas públicas de fomento, garantindo a abrangente tecnologia social do Estado nas escolas, nas universidades, etc. E por que não dizer dentro da inovação da tecnologia de Minas Gerais. Então, não poderia deixar de subir a esta tribuna para pugnar pela aprovação desse projeto, falar sobre a sua grande importância, assim como tantos outros projetos que debatemos, para garantir as políticas públicas em nossas universidades, em nossas incubadoras, no eixo maior do desenvolvimento. É muito importante dizer que não somente no raio da Inatel, em Santa Rita, temos também a Helibras, em Itajubá, que contribuiu extraordinariamente para o desenvolvimento da fabricação de helicópteros. É um grande complexo industrial para garantir a construção, muito mais fortalecida pela Eurocopter, pelo Ministério de Defesa e pelo governo de Minas. Assim, se garantem emprego e renda por meio da política da tecnologia de fomento.

Isso tem dado, acima de tudo, um testemunho para nós, que temos um apreço pelo governo, que temos um apreço pelo Senador Aécio Neves, porque foi ele que introduziu o choque de gestão no seu governo. Ele fez com que todas as indústrias que não queriam mais investir em Minas, alegando dificuldades, fizessem uma retrospectiva. O Governador Aécio chamou o seu secretariado e deu uma ordem de serviço para que as portas estivessem abertas a todas as empresas que quisessem investir em Minas. Se fôssemos enumerar essas empresas, ficaríamos aqui toda a tarde.

Quero dar o exemplo da minha querida Extrema. No mês que vem, vamos inaugurar novas indústrias. Hoje, temos lá um polo chocolateiro de grandes indústrias. Sem dúvida, Extrema tem sido a tônica de Minas Gerais, um polo investidor. Raras são as vezes que vamos à Secretaria de Tecnologia, junto ao Indi, junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, dirigida pela nossa Ministra Dorothea, e não encontramos comitivas do exterior, que querem conhecer um pouco do que Minas tem a oferecer. Isso tem sido uma alavanca extraordinária para o desenvolvimento do Sul de Minas, do Vale do Jequitinhonha e de todas as regiões. Por que não dizer que esse projeto vem num momento muito importante para a nossa região, para o Estado de Minas Gerais? Ele vem fazer com que a política pública de fomento social e inovador possa também contribuir, como nós contribuimos, em nosso projeto de arranjo produtivo local, para o desenvolvimento de todas as indústrias que operam no campo da tecnologia, no circuito das malhas, com arranjos produtivos. Queremos e aplaudimos a iniciativa e esperamos que, com a sua sensibilidade, o Governador possa aprovar esse projeto, investindo, acima de tudo, para que tenhamos novas indústrias e inovações tecnológicas, garantindo a inteligência daqueles que vão investir na nossa região. Com certeza, ao encaminhar favoravelmente, parabênizo o ilustre autor, Deputado Almir Paraca, por essa

iniciativa. Estamos votando em nome do todo o Sul de Minas em favor dessa grande oportunidade de incentivo ao nosso desenvolvimento. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 828/2011 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 941/2011, do Deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a fixação de cartazes informativos nos postos de combustíveis e nos restaurantes localizados às margens das rodovias estaduais, alertando motoristas de caminhão sobre os riscos de dirigirem sob efeito de álcool, drogas e medicamentos. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 941/2011 na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.169/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que proíbe as instituições de ensino superior de efetuar qualquer tipo de cobrança para a emissão de diploma de conclusão de curso. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.169/2011 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.344/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Raul Soares a área que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.344/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.382/2011, do Deputado Célio Moreira, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Altos o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.382/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.401/2011, do Deputado Rômulo Viegas, que altera a destinação do imóvel doado pelo Estado ao Município de Itumirim, por meio da Lei nº 14.603, de 2003, alterada pela Lei nº 15.681, de 2005. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.401/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.482/2011, do Deputado Paulo Lamac, que revoga a Lei nº 13.958, de 26/7/2001. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.482/2011 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.783/2012, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 15.910, de 21/12/2005. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.783/2012 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.996/2012, do Governador do Estado, que altera o art. 13 da Lei nº 19.091, de 30/7/2010, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Habitação - FEH -, criado pela Lei nº 11.830, de 6/7/1995. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.033/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itacambira o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.057/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capim Branco o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em

discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.058/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barão do Monte Alto o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.128/2012, do Governador do Estado, que altera o art. 96 da Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.128/2012 na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.211/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 20.022, de 5/1/2012. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.329/2012, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2012. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto. Vem à Mesa requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.329/2012. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.799/2011, do Deputado Zé Maia, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.883, de 2/10/1992, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado de Minas Gerais, o pequizeiro, “Caryocar brasiliense”, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 3 a 5, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2. Em votação, as Emendas nºs 3 a 5. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.799/2011 na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 3 a 5. À Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.920/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.981, de 16/1/2006, que cria o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento - Findes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Presidente, Deputados e Deputadas, venho à tribuna, mais uma vez no dia de hoje, agora na parte da tarde, para discutir um projeto, de autoria do Governador do Estado, que altera a lei que criou o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento. É uma boa oportunidade, aliás, para debater com o meu companheiro, amigo e colega Dalmo Ribeiro Silva sobre as visões do desenvolvimento no Estado. É claro que Minas Gerais se desenvolveu, até porque o Brasil de Lula, e agora de Dilma, adotou uma política de desenvolvimento ostensiva. Em vez da recessão econômica, em vez da política atrelada ao Fundo Monetário Internacional - FMI -, ao Consenso de Washington, nós optamos - eu já disse isso da tribuna - por uma política ostensiva de desenvolvimento com distribuição de renda. Essa foi a principal característica do governo do Presidente Lula. Passamos a apostar no desenvolvimento do mercado interno brasileiro.

O Lula usa uma expressão que sintetiza esse período que estamos vivendo no Brasil. O Presidente Lula disse que os pobres salvaram e tiraram o Brasil da crise. E é verdade. Como o desenvolvimento se fez com divisão de renda, os mais pobres, em especial os 50 milhões que viviam em estado de miséria e passaram a ter algum recurso, fizeram girar a roda da economia no Brasil. A partir disso, o Brasil pôde desenvolver o setor industrial, o setor de comércio, o setor de serviços, gerou emprego e renda, ao contrário do que ocorreu no momento anterior, quando governava Fernando Henrique com sua tese neoliberal, quando o governo se atrelava aos interesses do Consenso de Washington e o desenvolvimento era substituído pela recessão econômica como solução para a crise. Foi a época das privatizações, da venda das nossas empresas, do endividamento com o FMI, e, para se pagarem os juros da dívida, vendiam-se nossas empresas.

Interrompeu-se aquele período, o Brasil sepultou a Alca, que era a Área de Livre Comércio das Américas, e passou a praticar comércio com a China, com os países da América Latina, em especial da América do Sul, com a África e com a Europa. O Brasil passou a ter um novo modelo de desenvolvimento, que alguns chamam de desenvolvimentismo. Esse desenvolvimentismo foi feito também a partir de uma política - eu diria - mínima de distribuição de renda. A postura de divisão de renda no Brasil deveria ser mais ofensiva. Essa ofensividade na distribuição de renda ainda é precária no Brasil. Precisamos radicalizar ainda mais a política de reforma agrária no campo, a distribuição de terra, as políticas sociais de distribuição de renda e, portanto, taxar as grandes fortunas e dividir com os mais pobres. O Brasil pôs em prática essa política de forma moderada, mas já foi o suficiente para que o mercado interno brasileiro se desenvolvesse e, com isso, a crise internacional não assolasse o Brasil, como nos tempos de Fernando Henrique e do chamado modelo neoliberal.



Agora tenho de discordar da ideia de que Minas Gerais foi vanguarda nesse processo. Pelo contrário, Minas viveu na retaguarda desse processo. A eleição do PSDB e do Governador Aécio Neves nesses oito anos significou ainda um olhar para o passado. Minas ainda olha no retrovisor.

O choque de gestão e o chamado déficit zero são duas peças dessa engrenagem conservadora. O choque de gestão significou arrocho em cima das áreas sociais de serviço público: educação, saúde e saneamento. Então a máquina do Estado era emperrada com o chamado choque de gestão, que era nada mais, nada menos que a implementação do modelo neoliberal. Com isso, Minas não se projetou para ter um desenvolvimento que se aproximasse da política do Brasil e, em consequência, cresceu menos, apesar de ser o segundo Estado mais rico. A visão do chamado choque de gestão, a gestão do modelo neoliberal, nos fez perder tempo.

Permita-me, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, discordar de V. Exa. em relação a essa análise mais sociológica dos fatos, com todo o respeito que tenho por V. Exa. É importante demarcar essa diferença do desenvolvimento em Minas.

Agora vou passar à questão do fundo. O segundo problema é o endividamento que Minas foi acumulando. Adotaram o mesmo modelo adotado por Fernando Henrique, que foi a obtenção de empréstimos. Dessa forma, Minas foi endividando-se cada vez mais. Não é verdade que o problema do endividamento de Minas seja somente os juros da dívida com a União, porque esse é apenas um dos problemas, e não o fundamental. A principal causa do endividamento de Minas é a sua política de endividamento. O Deputado Sávio Souza Cruz fez um levantamento para além da dívida que Minas tem com a União, cerca de R\$70.000.000.000,00 que foram ampliando-se. O governo Aécio Neves e, em seguida, o governo Anastasia pediram algo em torno de R\$18.000.000.000,00 de empréstimo, fora a dívida que já tinham com o governo federal. Nesse período, o Estado foi se endividando. V. Exa. citou algumas políticas feitas pelo governo do Estado, mas sabemos que foram feitas à custa de mais endividamento, e não de desenvolvimento do Estado. E esse endividamento repercute mais ainda agora que o Estado está falido. É por isso que dizemos, com toda a propriedade, que Aécio quebrou Minas - quando digo Aécio, entenda-se governo do Estado. A política de Aécio Neves em Minas Gerais levou o Estado à falência.

Os problemas hoje vividos pelo Governador Anastasia são fruto dessa falência, prova disso é a ausência de recursos para investimento na educação. O governo não cumpre os 25% que deveriam ser aplicados em educação, nem os 12% em saúde. Além do mais, a segurança pública vive momentos terríveis, assim como a agricultura familiar. Na audiência pública que fizemos aqui, a Emater retratou a calamidade por ela vivida em razão da falta de investimentos. O governo do Estado teve um desenvolvimento pífio em relação ao desenvolvimento do Brasil. A única questão que Minas Gerais permanece fazendo, à revelia do meio ambiente e das questões sociais, é a exportação de minério. Então, hoje Minas vive das "commodities" do minério. Que se dane o meio ambiente. Na Zona da Mata, os minerodutos existentes em profundidade já ameaçam vir para o Norte de Minas e secar as nossas nascentes, e o governo de Minas nem se importa. É exatamente por isso que tenho a proposta de salvar a Serra da Moeda, pelo menos para que tenhamos, ao redor de Belo Horizonte, algo que as mineradoras não levem para o mar, porque o que elas estão levando não está resolvendo o problema de Minas Gerais. O que vemos é uma sobrevivência ruim, um modelo de desenvolvimento não sustentável. Infelizmente, esse é o modelo existente em Minas.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, não falei rapidamente sobre isso para afrontar ninguém, apenas para mostrar a minha opinião sobre o novo modelo de desenvolvimento que Minas Gerais precisa ter. É preciso rompermos com o modelo neoliberal e passarmos a ter um modelo de desenvolvimento social, de distribuição de renda para a agricultura familiar. Essas mudanças precisam ser feitas em Minas Gerais.

O governo nos entregou uma alteração na lei que cria um incentivo de desenvolvimento, isto é, cria um fundo. Mas esse Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento foi muito pouco usado, e talvez as alterações sejam feitas para tentar recuperá-lo um pouco. Agora o governo se diz preocupado com o novo tipo de desenvolvimento e até criou uma subsecretaria para cuidar disso, a Subsecretaria de Investimentos. Votei contra essa secretaria por achar que ela é desnecessária, visto que já existe o escritório também criado pelo governo, mediante lei delegada, com 164 cargos. O Deputado João Leite disse que o modelo socialista é um modelo que valoriza muito o Estado e burocratiza. Porém o que burocratiza não é o modelo socialista, porque tudo vai depender da visão que se tem. Pode-se burocratizar o aparelho do Estado a partir do apadrinhamento da política nacional, por exemplo. Esse caso é um exemplo claro disso.

Criamos 164 cargos em um escritório de desenvolvimento estratégico, no modelo neoliberal. Além disso, cria-se uma secretaria extraordinária. Para quê? É claro que é para a sustentação política. Então, nada tem a ver essa questão do uso errado do aparelhamento do Estado com o modelo socialista ou o modelo capitalista. No modelo capitalista, há vários exemplos de se inflar a máquina por meio de apadrinhamento político, que é uma forma de sobrevivência política. Aliás, essa não é apenas do governo do Estado de Minas Gerais. Esse problema é grave em todo o Brasil, o problema da chamada governabilidade. Também o Presidente Lula e a Presidente Dilma se utilizam do mecanismo de alocar partidos políticos que lhes darão sustentação. Isso é comum na política brasileira. Contudo, o PSDB, de forma cínica, diz que isso só acontece com o PT. Não é verdade. A secretaria agora criada, que foi para o PSD, poderia ser substituída pela Secretaria de Obras Públicas, que está com o DEM. Contudo, o Aécio precisa do DEM e do PSD. Então, evidentemente ele fez uma costura política - ou não é verdade? Todo partido faz isso. Às vezes, tenho diferenças políticas com o Senador Aécio Neves, porque ele vai à imprensa e diz assim: "O PT cria cargo para a companheirada". E os cargos dele? Para quem são criados? São criados 164 cargos e, que eu saiba, não existe lá nenhum do Partido dos Trabalhadores. Existem dois partidos políticos, e todos sabem disso. Então, esse modelo de desenvolvimento, em Minas, está sendo infelizmente cobiça de partidos e mais arranjos políticos, realmente uma preocupação com uma nova etapa do desenvolvimento do Estado.

Então, ao encaminhar pela aprovação dessa modificação, torço para que o Governador Anastasia se liberte desse modelo neoliberal e o considere coisa do passado, passando com isso a ter uma presença maior do Estado no desenvolvimento social e econômico. É isso que desejamos. Para isso aponta a modernidade e a crise na Europa e nos Estados Unidos. O Brasil tem sido um modelo ao contrário dessa crise. Isso precisa ser positivo, em Minas Gerais. O Estado não pode ficar na retaguarda econômica e social. É essa a



discussão que gostaria de trazer aqui hoje, na aprovação desse projeto, lamentando que, em Minas, ainda tenhamos o atraso da política de choque de gestão e da política - repito - neoliberal aqui implementada.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Mas, Sr. Presidente, além desse projeto, temos em pauta ainda outros que precisam de quórum qualificado para a nossa reunião. Precisamos necessariamente ter 39 Deputados em Plenário, o que não acontece agora. Então, peço a V. Exa., no esforço de votarmos o projeto antes da sessão da tarde, de o votarmos agora pela manhã, que faça uma recomposição de quórum. Peço que o meu tempo ainda permaneça, pois não terminei a minha explanação. Solicito a recomposição de quórum para a votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 27 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Neste momento, registramos a presença do pessoal da Loja Maçônica Cáritas, de São João del-Rei. Sejam bem-vindos.

Com a palavra, para continuar a discussão, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, fazia o encaminhamento e, ao mesmo tempo, uma tentativa de recomposição do quórum, porque ainda existem alguns projetos na pauta que precisam de quórum qualificado, da votação de 39 Deputados. Como não conseguimos o quórum de 39 Deputados para a votação, alguns projetos ficarão para a parte da tarde. Continuarei a discutir esse projeto - sou favorável a sua aprovação - em que o governo pretende permitir que se outorgue uma garantia real, bem como o seguro de garantias contratuais a beneficiários de financiamentos concedidos ou incorporados pelo Fines em projetos que sejam de relevante interesse para o Estado. Na verdade, essa é a alteração que propõe esse projeto de lei, que foi solicitado pelo Governador. Ele já passou pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária e agora está em discussão aqui, no Plenário da Assembleia.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, gostaria que pudéssemos fazer uma discussão mais aprofundada desse projeto, preciso chamar a atenção para alguns pontos dele para um conjunto maior de Deputadas e Deputados. Então, visto que não há quórum sequer para a continuação da discussão do projeto neste momento, solicito a V. Exa. que encerre esta reunião. Assim, eu retomaria, na parte da tarde, a discussão do projeto.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/7/2012

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar as matérias constantes na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Gracinha Barbosa trazendo ao conhecimento desta Comissão reportagem do jornal "Estado de Minas" de 4/6/2012 em que é feita denúncia acerca do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG -; da Sra. Rosângela Alfenas, Presidente da Câmara Municipal de Ubá; do Sr. Antônio Carlos de Barros Martins, Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, os dois últimos publicados no "Diário do Legislativo" de 21/6/2012; do Sr. Barros Munhoz, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, publicado no "Diário do Legislativo" de 22/6/2012; do Sr. Dário Teixeira de Carvalho, Vereador da Câmara Municipal de Ipatinga, publicado no "Diário do Legislativo" de 23/6/2012; da Câmara Municipal de Itamogi, informando que o Município de Itamogi está totalmente engajado no projeto Caravana da Saúde, promovida por esta Casa; do Sr. Euzébio Rodrigues Lago, Presidente da Câmara Municipal de Nova Serrana, informando a aquiescência dessa Câmara ao projeto Caravana da Saúde, promovida por esta Casa; do Sr. Marcos José Mendes de Carvalho, Chefe de Gabinete da Prefeitura de Belo Horizonte, encaminhando cópia do Memorando nº 198/2012, que contém informações acerca da contratação de profissionais para atuar na unidade onco-hematológica pediátrica do Hospital das Clínicas da UFMG; e da Sra. Sandra Imaculada Cardoso Cabral, Presidente da Câmara Municipal de Santos Dumont, encaminhando denúncias acerca da gestão, pela Fundação do HU, do Hospital de Misericórdia de Santos Dumont. A Presidência solicita à Consultoria que analise essa matéria. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 243/2011, em turno único (Deputado Adelmo Carneiro Leão); 2.739/2011, em turno único (Deputado Wilson Batista); 3.186/2012, em turno único (Deputado Neider Moreira); e 3.178, 3.202 e 3.247/2012, todos em turno único (Deputado Hely Tarquínio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.739/2011 e 3.129/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, são



aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 3.239, 3.292 e 3.295/2012. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.987 e 3.075/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 1.259/2011, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto na sua composição; e do Deputado Délio Malheiros em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o lançamento irregular de resíduos gerados pelas atividades do Instituto Médico-Legal de Belo Horizonte nas águas do Rio Arrudas; e dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Paulo Guedes, Doutor Viana e Carlin Moura (4) em que solicitam seja encaminhada ao Ministério da Saúde sugestão de que o referido órgão faça o cadastramento dos trabalhadores da extinta Sucam expostos a pesticidas, inclusive os que se aposentaram, a fim de que sejam submetidos a exames periódicos e a acompanhamento médico; sejam encaminhados à Presidente da República as notas taquigráficas da 16ª Reunião Ordinária desta Comissão e pedido de providências para a elaboração de uma política dirigida aos trabalhadores da extinta Sucam expostos a pesticidas, com previsão de pensão especial a esses trabalhadores, bem como de indenização aos doentes e suas famílias; sejam encaminhados à Comissão da Verdade os vídeos com os depoimentos de trabalhadores intoxicados com inseticidas, além do vídeo da 16ª Reunião Ordinária desta Comissão; sejam encaminhados ao Congresso Nacional as notas taquigráficas da 16ª Reunião Ordinária desta Comissão e pedido de providências para dar agilidade à tramitação dos Projetos de Lei nº 4.485/2007, que cria pensão especial de R\$ 2.075,00 para os antigos servidores da Sucam, e nº 4.873/09, que estabelece indenização aos doentes e às famílias. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente – Hely Tarquínio – Adelmo Carneiro Leão – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/7/2012

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Antônio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Inácio Franco. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o andamento dos processos de georreferenciamento de propriedades e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Marcelo José Pereira da Cunha, Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do Incra, representando o Sr. Richard Martins Torsiano, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária desse Instituto; Bruno Rocha de Melo, Fiscal Agropecuário do Instituto Mineiro de Agropecuária, representando o Sr. Elmiro Alves do Nascimento, Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Francisco Maurício Barbosa Simões, Coordenador da Assessoria Jurídica da Faeng, representando o Sr. Roberto Simões, Presidente dessa entidade; Bernardo Martins Scarpelli, 1º-Vice-Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos, representando o Sr. Emílio Mouchrek, Presidente dessa entidade; Ari Álvares Pires Neto, Diretor da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de Minas Gerais, representando os Srs. Roberto Dias de Andrade, Presidente dessa entidade, e Francisco José Rezende dos Santos, Oficial do Cartório do 4º Ofício de Registros de Imóveis de Belo Horizonte; José Eduardo Simões Mendonça, Vice-Presidente da Associação de Produtores Rurais Pinheirenses, representando o Sr. Oswaldo Resende Maia Filho, Presidente dessa entidade; José Marcelino de Araújo, produtor rural; Leonardo Santos Costa, Coordenador de Limites do Instituto de Geociências Aplicadas, representando a Sra. Cláudia Werneck, Diretora-Geral desse órgão; Eugênio Mendes, Presidente do Sindicato Rural de Pará de Minas; José Eder Leite, Presidente do Sindicato Rural de Pitangui e da Associação dos Sindicatos Ruralistas do Oeste Mineiro; Rosário Dehon César Mota, Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário do Incra; Geraldo Ferreira Porto, Presidente do Sindicato Rural de João Pinheiro; Ramon Guilherme G. C. Oliveira Costa, do Departamento Técnico de Agrimensura do Sindicato Rural de Pará de Minas; Bernardo Henrique S. Mendonça, empresário; e Vanderlindo de Matos Júnior, Assessor Jurídico Imobiliário da subseção da OAB de João Pinheiro, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente e o Deputado Inácio Franco, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. O Presidente retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.352/2011 com as Emendas nºs 1 a 4 (relator: Deputado Fabiano Tolentino). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.313/2011, 2.998 e 3.180/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado e do Deputado Antônio Carlos Arantes em que solicitam seja encaminhado à Superintendência Regional do Incra pedido de providências para a instalação de rede de distribuição de água, proveniente de poço perfurado, no projeto de assentamento Itatiaia, em João Pinheiro, bem como para a prestação de assistência técnica aos assentados; dos Deputados Antônio Carlos Arantes e Inácio Franco (2) em que solicitam seja encaminhado à Presidenta da República pedido de providências para a revisão do Decreto Federal nº 4.449, de 30/10/2002, de modo a ampliar os prazos para o georreferenciamento de imóveis rurais; seja encaminhado ao Incra pedido de providências para a agilização da implantação de sistema eletrônico para recebimento de processos



de certificação de georreferenciamento de imóveis rurais; Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Inácio Franco (2) em que solicitam seja encaminhado à Presidenta da República pedido de providências para a realização de concurso público para os servidores da área de cartografia da Superintendência Regional do Incra; e seja encaminhado à Presidenta da República, ao Incra e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário pedido de providências para a agilização do processo de expedição de certificação de georreferenciamento de propriedades, concedendo-se ao produtor rural, caso não seja expedida a certificação no prazo de 90 dias, o direito de utilizar o número do protocolo do processo cadastrado no Incra para realizar operações em cartórios e agências de financiamento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Fabiano Tolentino - Liza Prado - Romel Anízio - Tiago Ulisses.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A ESCOLHA DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, EM 5/7/2012

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Célio Moreira (substituindo o Deputado João Leite por indicação da Liderança do BTR), Adalclever Lopes e Antônio Carlos Arantes (substituindo o Deputado Gustavo Corrêa por indicação da Liderança do BAM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente “ad hoc”, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública dos Deputados Doutor Viana, Ivair Nogueira e Sebastião Costa e do Sr. Alexandre Bossi Queiroz, candidatos ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, à apreciação de pareceres e à discussão e votação de proposições da comissão. O Presidente “ad hoc” dá posse à Vice-Presidente Luzia Ferreira e suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença dos Deputados João Leite, Luzia Ferreira, Adalclever Lopes e Gustavo Corrêa. Registra-se a presença do Deputado Célio Moreira. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os candidatos e para suas arguições públicas, conforme consta das notas taquigráficas. Em seguida, o candidato Alexandre Bossi Queiroz comunica a retirada de sua candidatura. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Requerimentos nºs 3.281, 3.282 e 3.283/2012 (relator: Deputado Gustavo Corrêa). O Requerimento nº 3.284/2012 deixa de ser apreciado em virtude da retirada da candidatura do Sr. Alexandre Bossi Queiroz. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos candidatos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2012.

João Leite, Presidente – Adalclever Lopes – Luzia Ferreira – Célio Moreira – Gustavo Corrêa.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2012

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado João Vítor Xavier. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Sra. Kátia Ferraz Ferreira, Presidente do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte, solicitando que esta Casa realize gestões para modificar a Lei Delegada nº 180, de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências, em especial no que se refere à transferência da gestão da Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para a estrutura organizacional da Governadoria do Estado; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, no dia 6/7/2012: ofícios das Sras. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (6); e Lídia Maria de Carvalho Otoni Vasconcelos, Secretária Municipal de Governo de Belo Horizonte (interina); e do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, Secretário de Estado de Defesa Social. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 327/2011 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.100/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: Deputada Maria Tereza Lara). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.362 e 3.372/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Renato de Oliveira Furtado, advogado criminalista, pela iniciativa de solicitar a audiência pública desta Comissão em que se discutiu o aumento da violência na região de Frutal e pelo esforço na mobilização para o evento; do Deputado Sargento Rodrigues (7) em que solicita seja encaminhada ao Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Santa Rita do Sapucaí manifestação de aplauso pelo desenvolvimento de dois projetos pioneiros no Estado relativos à recuperação de detentos e



à reparação dos danos causados às suas vítimas; seja encaminhada ao 1º-Sgt. PM Marcus Vinícius Alves Ferreira manifestação de aplauso pelos 20 anos de serviços prestados à Polícia Militar de Minas Gerais; seja encaminhado ao Comandante-Geral da Polícia Militar e à Coordenadoria Regional de Defesa do Patrimônio Público do Triângulo Mineiro, com sede em Uberlândia, pedido de providências para a apuração de denúncia de utilização de viatura da Polícia Militar, com motorista, para deslocamento de oficial até o fórum a fim de participar de audiência com fim particular; seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a recomposição do efetivo da Polícia Militar em Passos, com a disponibilização de Delegados, Escrivães e Investigadores, bem como a realocação do efetivo no referido Município; seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça pedido de providências para a criação, nos termos estabelecidos na Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado, de uma vara da infância e da juventude e de uma vara de execuções criminais na Comarca de Passos; seja encaminhado ao Comandante-Geral da Polícia Militar pedido de providências para a ampliação do Programa Educacional de Resistência às Drogas nas escolas de Passos e região; seja encaminhada ao Comandante do 12º Batalhão da Polícia Militar, ao Delegado Regional de Passos e ao Delegado de Homicídios de Passos manifestação de aplauso pelos relevantes serviços prestados em prol da segurança pública de Passos e região; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para a urgente lotação de um Delegado de Polícia no Município de Mateus Leme; seja realizada reunião de audiência pública para discutir o roubo de veículos e a atuação de desmanches ilegais de carros no Estado; do Deputado Anselmo José Domingos em que solicita seja realizada reunião conjunta de audiência pública desta Comissão e da Comissão de Defesa do Consumidor para debater as condições de segurança oferecidas nos bancos e instituições financeiras, bem como o Projeto de Lei nº 1.637, de 2011, que dispõe sobre equipamentos obrigatórios de segurança nos bancos 24 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária e para as reuniões extraordinárias de hoje, às 20h30min, e de amanhã, às 9h45min, às 15 horas e às 20h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

João Leite, Presidente – Maria Tereza Lara – Sargento Rodrigues.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2012

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco, Duarte Bechir e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Kátia Ferraz Ferreira, Presidente do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte, solicitando seja modificada a Lei Delegada nº 180, de 2011, em especial no que se refere à transferência da gestão da Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência da Sedese para a estrutura organizacional da Governadoria do Estado; e de ofício do Sr. Ronaldo Marcelino Fonseca, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Municipal de Vespasiano, publicado no “Diário do Legislativo” de 6/7/2012. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.212/2012, em turno único, e 3.094/2012 (Deputado Duarte Bechir); 799/2011 (Deputado Bosco) e 1.471/2011 (Deputado Carlin Moura), estes em em 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, em turno único, o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.095/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Duarte Bechir, em virtude de redistribuição); em 1º turno, os pareceres pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 384/2011 e 1.635/2011 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Carlin Moura); e o parecer pela rejeição do Projeto de Lei nº 698/2011 (relator: Deputado Carlin Moura). O Projeto de Lei nº 163/2011 é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Educação a requerimento do relator, Deputado Duarte Bechir, em virtude de redistribuição. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.022/2012, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.350, 3.360, 3.364, 3.370 e 3.391/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Bosco, Pompílio Canavez e Vanderlei Miranda em que solicitam sejam as notas taquigráficas da 8ª Reunião Extraordinária desta Comissão encaminhadas à SEE-MG, à Sectes e à Seplag, e sejam anexadas ao Projeto de Lei nº 1.537/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinárias de hoje, às 20h30min, e de amanhã, às 15 horas e 20h30min, para apreciação dos pareceres aos Projetos de Lei nºs 302, 349, 828, 1.169/2011 e 3.128/2012, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

Bosco, Presidente - Carlin Moura - Duarte Bechir.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2012

Às 20h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em



virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 941/2011, na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoca os membros da Comissão para as próximas reuniões extraordinárias de amanhã, 11/7, às 9h45min, 15 horas e 20h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2012.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Sargento Rodrigues.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/7/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.146. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 302/2011, da Deputada Liza Prado, que possibilita aos membros de igrejas adventistas, matriculados na rede pública estadual de ensino, dispensa de exames de avaliação curricular em dias que especifica e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.916/2012, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 17.701, de 4/8/2008. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.917/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.918/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.919/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.958/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Couto de Magalhães de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.959/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 17/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debater, em audiência pública com a presença de convidados, sobre supostos prejuízos causados pelo Banco do Brasil a consumidores em razão de lançamentos indevidos de débitos de pacotes de serviços.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.865/2011, do Deputado Fábio Cherem; 2.117/2011, da Deputada Rosângela Reis; 3.037/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.311/2012, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 760/2011, do Deputado Wander Borges; 771/2011, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.609/2011, do Deputado André Quintão, com a Emenda nº 1; 3.076/2012, do Deputado Antonio Lerin.

Requerimentos nºs 3.163 e 3.164/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.180/2012, do Deputado Elismar Prado; 3.245/2012, do Deputado Hélio Gomes; 3.249/2012, do Deputado Bruno Siqueira; 3.331/2012, do Deputado Rômulo Veneroso; 3.333/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.356/2012, do Deputado Antônio Genaro; 3.366/2012, do Deputado Hélio Gomes; 3.371/2012, da Deputada Liza Prado; 3.373/2012, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; 3.457/2012, da Comissão Especial das Enchentes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 17/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 17/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/7/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Beatriz Cristina Caetano para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do PT.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Sebastião Luiz Cassette do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no CCM;

nomeando Eva Rosa Cassette para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no CCM.

DESPESAS COM PUBLICIDADE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2012

Art. 7º da Lei nº 13.768, de 1º/12/2000

Art. 17, parágrafo único, da Constituição Estadual

(Em reais)

Agência	Abril	Maior	Junho	Trimestre
Consórcio Faz e Branez Total	1.545.653,45	3.731.827,68	2.976.491,92	8.253.973,05



TOTAIS	1.545.653,45	3.731.827,68	2.976.491,92	8.253.973,05
--------	--------------	--------------	--------------	--------------

Objeto: Veiculação de anúncios e publicações de matérias institucionais de divulgação do processo de elaboração legislativa e de acompanhamento de políticas públicas.

AGÊNCIA	EMPENHADO NO TRIMESTRE	LIQUIDADO NO TRIMESTRE	PAGO NO TRIMESTRE
Consórcio Faz e Branez Total	8.253.973,05	8.253.973,05	8.253.973,05
TOTAL GERAL NO 2º TRIMESTRE/2012	8.253.973,05	8.253.973,05	8.253.973,05

Nota: não houve movimentação de restos a pagar relativa a despesas com publicidade.

Dinis Pinheiro, Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

(Constituição Estadual, art. 73, § 3º, incluído pela EC nº 61, de 23/12/2003)

Unidade Orçamentária: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2º TRIMESTRE DE 2012

(Em reais)

Cargo/Função	ABRIL	Quantidade	MAIO	Quantidade	JUNHO	Quantidade	Total Trimestre	Quantidade Média
Membros do Poder (*)	1.834.515,05	83	1.827.827,34	83	1.812.222,70	82	5.474.565,09	83
Efetivos	15.548.622,18	1.216	20.158.024,89	1.225	16.482.159,17	1.237	52.188.806,24	1.226
Cargo de Recrutamento Amplo	11.856.843,98	2.367	11.821.983,21	2.365	12.322.536,25	2.380	36.001.363,44	2.371
Inativos	15.083.748,54	962	15.275.573,58	965	15.171.081,78	963	45.530.403,90	963
Pensionistas	128.222,17	16	128.222,17	16	128.222,17	16	384.666,51	16
SUBTOTAL	44.451.951,92	4.644	49.211.631,19	4.654	45.916.222,07	4.678	139.579.805,18	4.659
Patronal	4.714.021,33		5.330.116,45		4.936.800,49		14.980.938,27	
TOTAL	49.165.973,25		54.541.747,64		50.853.022,56		154.560.743,45	

NOTA EXPLICATIVA: Expurgo das despesas de exercícios anteriores classificadas na rubrica: 3.1.90.92

Dinis Pinheiro, Presidente - Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral - Theóphilo Moreira Pinto Neto, Diretor de Recursos Humanos - Antoninho Rodrigues Goulart, Diretor de Finanças.